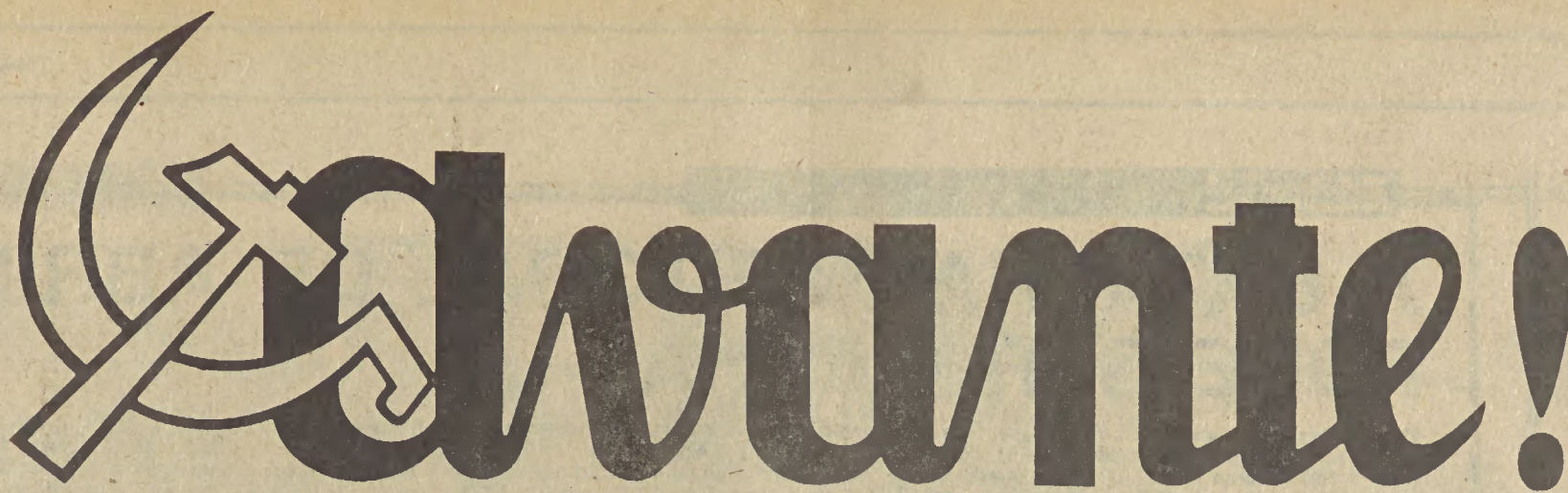


ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço



Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 53 - Série VII - N.º 482
31 de Março de 1983

Preço: 20\$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português

Dir./Red. - R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390

Composição e impressão - Heska Portuguesa

Distribuição - CDL, R. Pedro Nunes, - 1000 Lisboa



Uma imagem do comício de Odemira com o camarada Álvaro Cunhal no passado domingo. Foi assim em todas as realizações que preencheram o programa do secretário-geral do PCP no Algarve, em Beja e Grândola no passado fim-de-semana e que damos notícia na pág. 3

A CAMPANHA CONFIRMA APU É A SOLUÇÃO

Iniciativas em todo o País - comícios, sessões, colóquios, espectáculos, porta-a-porta, debates, reuniões de trabalho - mobilizam a organização do Partido e contam com a interessada participação de milhares de pessoas. O balanço é já positivo quanto ao trabalho dos militantes do PCP: mas essencialmente revela a aceitação das propostas da APU e a existência de condições para, em 25 de Abril, se atingirem os objectivos para a defesa da democracia e a saída da crise

COMÍCIOS EM ÉVORA COM ÁLVARO CUNHAL

Sábado, 2 de Abril • às **14 horas**, encontro com a população no largo da Casa do Povo de **Mora** • às **15 e 30**, comício no teatro Bernardim Ribeiro em **Estremoz** • às **16 e 30**, encontro com a população no largo da Câmara de **Borba** • às **17 e 30**, encontro com a população no cinema de **Vila Viçosa** • às **18 e 30**, encontro com a população na Praça da República em **Bencatel** • às **19 horas**, encontro com a população no largo da Câmara de **Redondo** • às **19 e 30**, encontro com a população da Praça da República de **S. Miguel** • às **21 e 30**, comício no pavilhão do Rossio de S. Brás em **Évora**



pág. 8

CONFERÊNCIA DE SOLIDARIEDADE COM OS PAÍSES DA LINHA DA FRENTE

Entrevistas de Paulo Jorge, Joaquim Chissano e Oliver Tambo no suplemento



Milhares de trabalhadores manifestaram-se no sábado na Praça do Comércio em Lisboa em apoio da luta nos transportes, contra a política de bloqueamento e provocação do derrotado e demitido governo Balemão - pág. 6

TRABALHADORES COM A LUTA NOS TRANSPORTES

SEMANA

23

Quarta-feira



Nicarágua: a luta continua

O Banco de Portugal anuncia um «pacote» de medidas aprovadas pelo Governo «AD»/Balsemão, incluindo o agravamento das taxas de empréstimos feitos pela Banca (+4%), a subida das taxas de juro dos depósitos a prazo (+4,5%) e a desvalorização do escudo. ■ Segundo a Federação dos Transportes Rodoviários, a greve de 24 horas na Carris, Metropolitana e Rodoviária Nacional hoje realizada, foi um êxito; entretanto o Governo «AD» continua deliberadamente a alhear-se deste conflito que opõem os trabalhadores e as respectivas administrações em matéria de negociação salarial, abandonando a sua função mediadora através do Ministério do Trabalho. ■ O Presidente da República, general Ramalho Eanes, regressa de uma visita oficial de nove dias à Grécia e ao Egito. ■ Uma greve geral convocada pela Frente Unitária dos Trabalhadores (FUT) paralisa o Equador; a ela aderiram também os comerciantes e industriais do país. ■ O primeiro-ministro soviético, Nicolai Tikonov, reiteira a proposta soviética de retirar todas as armas nucleares de médio alcance da Europa ou reduzi-las a um terço. ■ A Nicarágua pede a convocação de uma reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com carácter de urgência, para debater as incursões de ex-guardas somozistas no seu território.

24

Quinta-feira

O PCP considera em comunicado que a desvalorização do escudo e o aumento das taxas de juro anunciadas pelo Governo se inserem no desenvolvimento de uma política desastrosa, e que se converterão inevitavelmente em novos factores de agravamento da crise económica e financeira do País; a CGTP-IN e várias associações sindicais manifestaram igualmente o seu repúdio por tais medidas. ■ Um comunicado do governo de Manágua anuncia que a Nicarágua mobilizará todos os seus recursos para derrotar a contra-revolução somozista encorajada pelos EUA. ■ A URSS considera que é possível um compromisso com a NATO sobre a questão dos euro-mísseis, mas rejeita tanto a «opção zero» como qualquer outra variante que ignore o princípio da igualdade e da segurança igual das duas partes». ■ Morre o primeiro homem que viveu com um coração artificial, o norte-americano Barney Clark, 113 dias após a implantação.

25

Sexta-feira



Solidariedade com Linha da Frente

Inicia-se em Lisboa, no teatro S. Luis, a Conferência Internacional de Solidariedade para com os Estados da Linha da Frente, reunindo dezenas de organizações e centenas de delegados vindos de todo o mundo; o Presidente da República fez-se representar pela engenheira Maria de Lourdes Pintasilgo, sendo presidente da Conferência o tenente-coronel Vítor Alves. ■ O Conselho Nacional da CGTP-IN, eleito no IV Congresso há duas semanas, elege a sua Comissão Executiva. ■ Segundo o diário espanhol «El País», Portugal é o país da zona do Mediterrâneo que importa maior quantidade de programas de televisão feitos nos EUA (16%). ■ O Exército Popular Sandinista revela que os mercenários somozistas têm-se infiltrado na Nicarágua dispostos de armas químicas de fabrico norte-americano. ■ A agência TASS afirma que a intenção anunciada pelo presidente Reagan, dos EUA, de desenvolver um sistema de armas anti-mísseis, aumentaria infinitamente o perigo de uma guerra nuclear, constituindo ainda uma violação do tratado soviético-americano de sistemas antimísseis, assinado em 1972 no âmbito do acordo «SALT II».

26

Sábado

Prosseguem os trabalhos da Conferência Internacional de Solidariedade com os Estados da Linha da Frente, em três comissões específicas: político-militar, jurídica e de ajuda política e material e cooperação económica. ■ O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, percorre o distrito de Beja em jornada integrada na pré-campanha eleitoral da APU. ■ O governo da Nicarágua anuncia cinco incursões das tropas das Honduras no norte do País nos últimos dias, o que veio aumentar a tensão na fronteira entre os dois países. ■ A agência iraniana «Irna» informa que morreram pelo menos 100 pessoas no terremoto que ontem sacudiu a zona norte do Irão. ■ O presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda, denuncia em Londres os investimentos ocidentais na África do Sul como um apoio ao regime do «apartheid».

27

Domingo



«Angra» encaixa na praia

O Conselho Nacional da CGTP-IN considera indispensável a participação e intervenção activa dos trabalhadores e das suas organizações sindicais na campanha eleitoral para «afastar definitivamente a direita do Poder e criar condições para uma verdadeira viragem democrática». ■ Num comício na Brandoa o dirigente comunista Octávio Pato afirma: «O PS propõe-se dar ao país analgésicos para lhe atenuar as dores; curar-lhe o mal, não sabe nem pode». ■ Termina a Conferência Internacional de Solidariedade com os Estados da Linha da Frente com uma sessão na Voz do Operário, em Lisboa; na declaração final condena-se nomeadamente o apoio dado pelos EUA e países membros da NATO ao regime racista de Pretória. ■ O cargueiro «Angra» encaixa nas areias da Praia Grande, concelho de Sintra. ■ O secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, chega a Moscovo para uma visita oficial a convite do governo soviético. ■ Cinco ex-secretários norte-americanos do Tesouro criticam o programa de despesas militares da administração Reagan, sublinhando que «torna inviável uma recuperação económica séria».

28

Segunda-feira

Uma missão de engenharia militar portuguesa chega a Maputo para desenvolver um programa de cooperação com as FFAA de Moçambique. ■ A Comissão Nacional de Eleições sorteia os tempos de antena a conceder às forças concorrentes às próximas eleições durante a campanha eleitoral na TV e Rádio. ■ Segundo a revista norte-americana «Time» citada na imprensa portuguesa, um grupo de norte-americanos dirige as operações militares contra o regime sandinista na Nicarágua, afirmando ainda que o embaixador dos EUA nas Honduras, John Negroponte, desempenha um papel importante nas operações. ■ Uma greve geral convocada pelas duas centrais sindicais argentinas paralisa o país, em apoio de reivindicações salariais.

29

Terça-feira

O insuspeito vespertino «A Tarde» escreve que o PS «optou por uma viragem radical, à direita, nas promessas que, em tempo pré-eleitoral, faz aos portugueses». Em conferência de Imprensa, Mário Soares divulga as «cem medidas» do PS; no essencial, a cópia das ameaças da direita — aumento do custo de vida, alteração da lei dos sectores, abertura à iniciativa privada de actividades até agora fora do seu alcance, aumento das rendas de casa, etc. ■ As negociações de Genebra sobre os «euromísseis» são suspensas até 17 de Maio.

Editorial

A BATALHA ELEITORAL DE ABRIL PODE SER GANHA

Dentro de poucos dias abre oficialmente a campanha para as eleições antecipadas de 25 de Abril. Raras vezes — talvez como nunca na movimentada história destes nove anos de regime democrático — um acto eleitoral se revestiu de tamanha importância política para os destinos do Povo português.

As eleições legislativas do próximo mês podem representar de facto um passo decisivo para vencer a grave crise que abala o País em resultado da desastrosa governação «AD» e para abrir novos horizontes à situação nacional se o nosso Povo, de maneira inequívoca, se comprometer da importância política das eleições e o saiba exprimir no voto.

Amadurecem as condições favoráveis para isso — a batalha que temos diante de nós não é fácil, é mesmo muito difícil, mas pode ser ganha. Exige a mobilização das energias de todos os democratas e patriotas no combate comum, de todas as suas capacidades para esclarecer e dinamizar o povo.

Exige o aproveitamento das mínimas possibilidades de levar ao conhecimento das massas populares esta verdade simples: para uma real e profunda mudança na política nacional o voto útil, seguro e certo é na Aliança Povo Unido, é na APU.

É uma batalha tanto mais difícil quanto as forças democráticas enfrentam uma pérfida campanha de mistificação política e de confusão ideológica das forças que aberrantemente hostilizam o 25 de Abril — as da defunta «AD», cujo «fogo-fátuo» é o actual governo de gestão que dominam, e os partidos que a compunham, o PSD e o CDS, e toda a direita reacçãoária — e outras, como o PS, que objectivamente actua como um coveiro da revolução e das suas principais conquistas e trafica desde já alianças e conluídos com a direita e indignos compromissos com o imperialismo.

Os partidos da defunta «AD» estão antecipadamente derrotados nesta, talvez, decisiva batalha. Cada dia que passa, por acção do seu governo gestorário se afundam mais e mais enterram o País no lodçal da crise económica e social.

O governo de gestão da desmantelada «AD», com a mesma gente que levou Portugal ao charco nos últimos três anos, continua a sua obra nefasta contra as condições de vida do Povo e em particular dos trabalhadores contra a independência do País.

A nova desvalorização do escudo; a nova alta das taxas de juro; os novos aumentos de preços dos géneros de primeira necessidade (arroz, açúcar, pão, agora o leite); a raivosa recusa de aumentar os salários de acordo com o aumento do custo de vida; a imposição absurda do tecto salarial dos 17% (ou ainda menos, como é o caso dos transportes); o recurso a formas violentas de resposta aos trabalhadores como a requisição civil dos ferroviários; a criminosa surdez às reivindicações (de natureza vital) de dezenas de milhares de operários que reclamam o pagamento de salários em atraso, são medidas que atingem duramente a economia do País e a existência diária dos trabalhadores e do Povo.

Por outro lado agudos problemas do campesinato continuam sem solução: os campos do Baixo Mondego estão sob a ameaça de abandonarem a produção de arroz por insuficiência das obras de rega; 15 000 sacos de batata dos produtores de Trás-os-Montes apodrecem sem esperança de escoamento; a laranja e outros cítricos da região ribatejana apodrecem igualmente em montes à beira das estradas do Ribatejo.

No capítulo da nossa política externa, das relações comerciais e financeiras com o estrangeiro, das alianças militares e a segurança e a paz dos portugueses, multiplicam-se as cedências ao imperialismo, os empréstimos ruinosos, a utilização do território nacional para as aventuras e os planos bélicos dos Estados Unidos em Portugal, na Europa, no Próximo e Médio Oriente, na África Austral.

O governo gestorário de Balsemão & C.ª queima os seus últimos dias em novas arremetidas contra o Povo e o País. E queima-os também no fogo de vastas lutas de massas e da resistência popular contra a continuação de uma tal política.

Os partidos da defunta «AD» — o PSD e o CDS — procuram apresentar-se ao eleitorado como se nada tivessem a ver com a desastrosa governação «AD» nos últi-

mos três anos, como se os seus novos chefes de fila — os Mota Pintos, os Euricos de Melo, os Lucas Pires, os Adrianos Moreira e outros, fossem virgens immaculadas na política antipopular da «AD», não pertencessem à mesma família, não partilhassem as mesmas ideias e a mesma política e não tivessem participado (alguns ainda participam) nas responsabilidades do poder.

A campanha eleitoral dos partidos da defunta «AD» põe em evidência — mesmo sob a máscara da demagogia — a identidade indistigível da fisionomia e do carácter fascizantes destes representantes directos da reacção mais retrógrada e do capital financeiro.

«É preciso acabar com o 11 de Março!» — clamava, há dias, no Porto, o grande industrial têxtil, ex-ministro de Sá Carneiro e um dos cabeças de fila do PSD actual, Eurico de Melo.

Referindo-se à Revolução de Abril, escrevia raivosamente anteontem um outro Melo, escreba «AD» em o «Diabo», revendo com saudosismo o passado: que «presente poderíamos viver e que futuro aos nossos filhos legariamos, não fora a traição chegada até nós nessa trágica madrugada de Abril de 1974».

O pilar da reacção e do comércio automóvel em Portugal, Salvador Caetano, espumava no encontro da CIP no Porto do último fim-de-semana: «foi através das nacionalizações e da descolonização exemplar, da acção de desobediência e quíziila permanentes que se arruinou este pobre País, com oito séculos de história».

As conclusões do encontro da CIP, envoltas em claras ameaças contra o regime democrático e de uma violência verbal inaudita, são reveladoras das disposições golpistas e ultra-reacçãoárias que emanam dos círculos do grande capital em Portugal. Eis algumas:

«Abertura de todos os sectores da economia à iniciativa privada, pagamento de indemnizações justas, etc.;

«Alteração da legislação laboral, nomeadamente das leis da greve, dos despedimentos, das comissões de trabalhadores e das férias, etc.;

«Decréscimo substancial da despesa pública global, etc.».

«Há muito que solicitamos as transformações indispensáveis. Não solicitaremos mais. Hoje exigimos. A qualquer que seja o poder dizemos basta! Estamos preparados para a luta!».

Esta é a cara política e social e o «discurso» das forças que se alinham por detrás dos partidos da direita mas que deitam também os olhos para outras direcções.

Concretamente, na direcção do PS e de Mário Soares. O «discurso» de Mário Soares e do PS, o tipo de contactos, de afirmações e de propostas que o PS realiza e avança na sua campanha eleitoral mostram que na actualidade há o perigo real de os partidos da defunta «AD» continuarem ao leme do Poder e a conspirarem, manejando-o, para tentarem destruir o regime democrático saído de 25 de Abril, pelas mãos do PS e de Mário Soares.

Os democratas portugueses, designadamente os que até agora têm dado o seu aval e o seu apoio ao PS na crença de que ele defenderem a democracia, o 25 de Abril e as suas principais conquistas, estão diante de uma opção fundamental — votarem no dia 25 de Abril na continuidade e em novos e perigosos desenvolvimentos da política reacçãoária praticada pelos governos «AD» nos últimos três anos ou numa verdadeira alternativa democrática à política desastrosa da coligação de direita derrotada que tem ainda nas suas mãos o governo «gestorário».

A descabelada demagogia de Mário Soares e do PS que ele dirige não tem força bastante para esconder esta realidade nova e crua: os programas do PS e dos partidos da defunta «AD» — o PSD e o CDS — as suas ideias e propostas, as suas ligações sociais e internacionais, têm uma ou outra distinção de forma, mas identificam-se no conteúdo.

E o amigão concubino do PS com o PSD e mesmo com o CDS só se salpa às vezes por um ou outro «adumbe» ou um «chiste» verrinoso entre os três por motivos puramente eleitoralistas e de hegemonia no acasalamento, porque, no plano prático, é já impossível escondê-lo.

Mota Pinto, que flinge voz de «galo» para mostrar que domina o «poleiro», diz que se o PSD tiver a maioria absoluta (toda esta gente sonha com a «maioria absoluta») go-

vernará sozinho; se tiver um «sucesso eleitoral» aceitará acordo com o PS; se não o tiver então exigirá a participação do CDS no governo com um «acordo de regime» entre os três.

O CDS e Lucas Pires — que também não se exclui da «maioria absoluta» — avançam com o projecto de uma «AD» renovada».

Mário Soares entreabre por seu lado a «cortina» das alianças para depois das eleições. Já começa a recuar na «maioria absoluta», mas pôs a circular as «43 rosas do PS», uma espécie de aposta nos 43%...

Quanto a um «acordo governamental» e excluindo a hipótese de qualquer aliança com o PCP, e só depois dos resultados eleitorais, verá «quais as forças políticas que podem associar-se para executar as soluções propostas pelo PS».

«Excluindo o PCP» é absolutamente claro que os «acordos governamentais» se referem apenas ao PSD e ao CDS.

As afinidades «aliançárias» para os acordos «governamentais» juntam-se as afinidades políticas e programáticas. No seu «marketing» eleitoral Mário Soares anunciou anteontem com grande pompa as «100 medidas» para os primeiros «100 dias» de um (hipotético) governo do PS. Nas suas andanças pelo País tem desenvolvido as suas teorias do «Pacto Social de Progresso» ou do «Contrato Social» e dos «consensos alargados» entre «parceiros sociais» e forças políticas «da área democrática».

A sùmula das «100 medidas» desenvolve-se na perspectiva fatalista e suicida que aponta para a economia e a sociedade portuguesas: novas negociações com o FMI e com a Banca Internacional para novos empréstimos («em mais apertadas circunstâncias», como disse há dias); eventualidade de recorrer às reservas de ouro (como já fez quando foi governo) para pagar as dívidas ao estrangeiro; novas desvalorizações do escudo; novos aumentos de preços e agravamento da inflação; aumento das taxas de desemprego, das taxas de juro, das falências (de empresas «inviáveis»); diminuição dos investimentos e de alguns subsídios de incidência social — eis as grandes linhas destas «100 medidas» de suicídio nacional.

No contacto com os 300 empresários na FIL (no «almooço de crise», como lhe chamou, a 1200 escudos por cabeça) Mário Soares «tranquilizou» os grandes industriais, respondeu que «sim» a todas as questões e propostas de um auditório que conhece bem a comprovada ignorância de Mário Soares sobre os problemas nacionais concretos e ainda menos as soluções adequadas mesmo na linha do seu pensamento de classe.

Mário Soares foi claro numa coisa que alguns não entenderam ou fingiram não entender:

«Não haverá mais nacionalizações...» — o que evidentemente serve para dizer que haverá menos. Sim, senhor, ele não deu o aval do PS aos dois terços na revisão da Constituição em matéria económica mas... «está aberto a uma nova consideração da lei da delimitação dos sectores» — isto é, à desnacionalização de empresas do sector público e nacionalizado pela via legislativa com a ajuda do PSD e do CDS.

Proximamente abordaremos aqui as teorias do «pacto social de progresso», do «contrato social», dos «consensos alargados» e outros chavões em que comungam, sob palavras diferentes os partidos da direita, a UGT e os paladinos do colaboracionismo de classes através do qual o grande capital tentou sempre submeter aos seus interesses de rapina os interesses dos trabalhadores.

O PS joga aberta e descaradamente nesta carta. Toda a conduta do PS e de Mário nesta pré-campanha eleitoral mostra que o voto no PS é um voto nas alianças com a direita, na continuação do domínio político da direita, é um voto na direita.

Em cada vez mais resalta que o voto útil, seguro e certo no 25 de Abril e numa verdadeira alternativa democrática à «AD» é o voto na APU.

A jornada da APU de 19 e 20 constitui uma grande iniciativa de massas no plano nacional. Uma grande compreensão resalta cada vez mais da campanha eleitoral do PCP e da APU.

Votar APU em 25 de Abril é votar numa alternativa democrática!

Votar APU é votar no 25 de Abril!!

Desvalorização do escudo e aumento dos juros — uma política de desastre

No passado dia 23, a SIP do PCP divulgou a seguinte nota:

1. A desvalorização do escudo e o aumento das taxas de juro, hoje anunciadas pelo demitido governo do PSD e do CDS, inserem-se no desenvolvimento de uma política desastrosa e converter-se-ão inevitavelmente em novos factores de agravamento da crise económica e financeira do País.

Por outro lado, constituem significativamente uma antecipação das medidas preconizadas pelo Partido Socialista no seu programa eleitoral.

2. O aumento da desvalorização do escudo para 15 por cento ao ano terá como principais consequências dar um novo impulso à subida dos preços, nomeadamente pelo encarecimento geral das importações, desvalorizar a força de trabalho nacional, engrossar os lucros dos grandes exportadores e das multinacionais do sector, agravando designadamente a situação das empresas nacionalizadas que têm sido obrigadas pelo governo a contrair empréstimos externos.

Álvaro Cunhal hoje na RTP

Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, participará esta noite na RTP-1 num debate promovido pelo programa 1.ª Página, e em que igualmente estarão presentes dirigentes do PS, PSD e CDS.

Tempo de antena

No dia 7 de Abril, quinta-feira, irá para o ar na RTP o primeiro programa da APU, incluído nos tempos de antena da campanha eleitoral.

Os outros, tal como o primeiro com a duração de 10 minutos, serão transmitidos nos dias 9 (sábado), 14 (quinta-feira), 17 (domingo) e 21 (quinta-feira). O último programa, apenas com a duração de dois minutos, irá para o ar no sábado 23, último dia da campanha.

para uma política de recuperação económica.

5. A desvalorização do escudo e o aumento das taxas de juro sempre têm sido apresentadas pelos defensores da política de direita como uma consequência da inflação e da necessidade de aumentar a

competitividade das exportações.

Entretanto, a experiência tem sucessivamente mostrado que tais medidas só têm agravado o défice da balança comercial e acelerado o ritmo da inflação, servindo depois novamente de pretexto para novas e sucessivas desvalorizações e aumentos das taxas de juro, num cir-

culo vicioso que afunda a economia nacional.

6. Está à vista o desastre para que a política do PSD e do CDS (igualmente subscrita pelo PS) conduz o país.

O PCP sublinha uma vez

mais que a crise e as dificuldades causadas pela política de direita, em vez de poderem servir de pretexto para justificar a continuação dessa mesma política, mais evidenciam a imperiosa necessidade de uma nova política voltada para a dinamização das actividades produtivas e o desenvolvimento económico.

Saudação do PCP ao PPS de Marrocos

O Comité Central do PCP enviou ao Comité Central do Partido do Progresso e do Socialismo de Marrocos a seguinte saudação:

Queridos Camaradas

Por ocasião da realização do 3.º Congresso do vosso Partido, o Comité Central do Partido Comunista Português, em nome dos comunistas portugueses, saúda calorosa e fraternalmente, o Comité Central do Partido do Progresso e do Socialismo de Marrocos e, por seu intermédio, todos os seus militantes, a classe operária e o povo trabalhador marroquino.

Os comunistas portugueses seguem com atenção e espírito solidário a luta dos comunistas marroquinos pela defesa dos interesses vitais dos trabalhadores de Marrocos e condenam a cruel repressão governamental que tantas vezes se tem abatido sobre a sua luta e de todo o povo marroquino

pelo pão, a democracia e a independência nacional.

Os comunistas portugueses seguem com preocupação os sinistros projectos do imperialismo norte-americano, para através da reabertura da base militares ao seu serviço em Marrocos, impor o seu domínio e ameaçar a paz e a segurança em todo o Magreb e em toda a região.

No Médio-Oriente a política expansionista dos sionistas de Israel, contando com o activo apoio do imperialismo norte-americano, corolário lógico da política de traição à causa árabe traçada em Camp David, ameaça perigosamente a paz, sobretudo após a criminosa agressão do Líbano e a ocupação de grande parte de Beirute, com o intuito publicamente confessado de liquidar fisicamente a resistência palestina.

Os comunistas portugueses condenaram firmemente a invasão do Líbano e, de novo, exprimem a sua total solidariedade à luta da OLP, representante única do povo árabe da Palestina, pela criação do seu Estado soberano e independente e exigem a retirada das tropas israelitas dos territórios árabes ocupados depois de 1967.

Esta política expansionista, altamente perigosa para a paz e a segurança no mundo, é parte integrante da política global do imperialismo para buscar freneticamente a superioridade militar sobre a URSS e os restantes países socialistas a fim de impor à Humanidade o seu diktat.

Os comunistas portugueses consideram que é imperioso e possível deter e derrotar esta contra-ofensiva do imperialismo. Nesse sentido consideram de capital importância reforçar

a unidade e coesão do movimento comunista e operário internacional, condição decisiva para reforçar a cooperação e solidariedade de todas as forças que integram o processo revolucionário mundial, nomeadamente, os países socialistas, o movimento operário dos países capitalistas, os países progressistas e o movimento de libertação nacional.

Depois duma referência à situação em Portugal, a saudação termina:

Desejando os maiores sucessos aos trabalhos do vosso Congresso, o PCP manifesta o seu desejo de continuar a actuar para reforçar os laços de amizade e solidariedade existentes entre os nossos Partidos na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, e no interesse dos dois povos, pela causa da paz e do socialismo.

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 — 2.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825/769751.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto. Tel. 693908.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 — 2.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825/769751.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto. Tel. 693908.

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.º de Maio, 185, Pedreira — 3000 Coimbra Tel. 31286.

Delegação do Sul: Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63 A — 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º — 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e impresso na Heka Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora.

Depósito legal n.º 205/82

Tiragem do mês de Fevereiro: 47 437

PCP



Aljustrel



Loulé



Almodôvar

Álvaro Cunhal no Algarve e Alentejo

O acesso ao crédito deve ser facilitado e não agravado

A defesa do embaçamento do crédito com a consequente diminuição das taxas de juros foi um dos muitos temas abordados por Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, no decorrer dos comícios e sessões de esclarecimento que fez no passado fim-de-semana por terras do Algarve, Baixo Alentejo e distrito de Setúbal.

No total, 15 intervenções políticas (Portimão, Silves, Loulé, Tavira, Montegordo, Olhão, Faro, Almodôvar, Aldeia dos Fernandes, Ourique, Odemira, Aljustrel, Ervidel, Ferreira do Alentejo e Grândola), bem como algumas paragens durante o percurso para um contacto com as populações que aguardavam à beira da estrada a passagem do dirigente do PCP, como foi o caso de Santa Luzia e Messejana.

Jornada de esclarecimento encontrou por parte da população grande receptividade e atenção, particularmente visível nos locais em que as iniciativas se realizaram em locais de passagem, como foi o caso de Loulé, onde o mini-comício se transformou num grande comício.

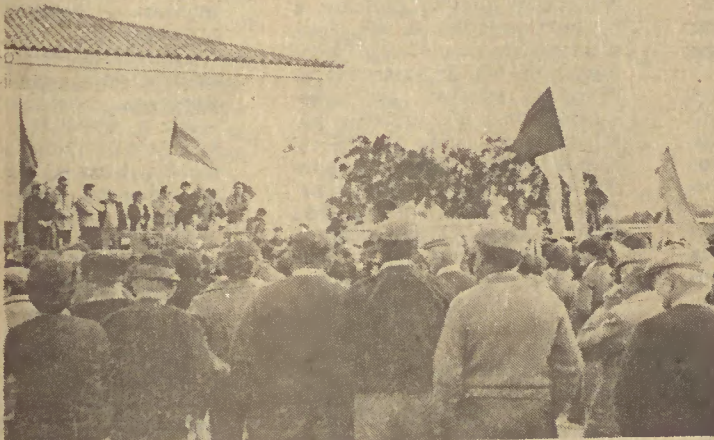
Previsto para a entrada do mercado municipal da vila, de início não estaria mais de quatrocentas pessoas. Depois, as donas de casa que entravam e saíam do mercado iam ficando, algumas espalhavam melhor para poderem ver de perto o camarada Álvaro Cunhal e ao fim a assistência era já três ou quatro vezes mais do que a princípio.

O mesmo sucedeu em Tavira, no jardim fronteiro ao rio, ou em Portimão, tanto na Rua do Comércio, que o secretário-geral do PCP percorreu a pé, como no Largo das Mós, onde se realizou o comício. De referir os comentários que por vezes se ouvem entre a assistência, como foi o caso de Ourique onde duas cigitanas com filhos de colo perguntavam ao homem que estava aliado: *Aquele é que é o "Alves" Cunhal?*

Ou então em Tavira onde uma algarvia não resistiu a expressar o seu espanto: *então aquele é que é o Álvaro Cunhal? Tá boa! Ou ainda em Portimão, onde duas mulheres que inspecionavam uma mostra ficaram muito admiradas por verem ali na rua o dirigente do PCP. Incrédula, uma delas dizia mesmo: Não é nada! Tem é o cabelo branco.*

No Bairro do Sertão

Em Montegordo, na visita que fez ao Bairro do Sertão, difícil seria encontrar uma recepção melhor e com mais calor. Poucos minutos antes de ter chegado raras eram as pessoas presentes e, como num passe de mágica, a rua encheu-se, as janelas abriram-se.



Ervidel



Olhão

Na tarde de sábado ninguém ficou em casa naquele bairro.

Acompanhado pelo presidente da Câmara de Vila Real e pela população local, o dirigente do PCP percorreu as ruas do bairro onde em dezenas de casas se via ou a bandeira da APU ou a do PCP. E vale a pena contar em breves palavras a história deste bairro. Zona degradada erguida numa zona de areal não tinha o mínimo de infra-estruturas. Quando a APU ganhou a Câmara tomou como iniciativa prioritária



Ferreira do Alentejo

melhorar as condições de vida daquela população. Hoje as ruas estão asfaltadas, têm passeios, esgotos, luz, água, um pavilhão gimnodesportivo e diversas casas novas foram construídas para realojamento dos que ainda vivem em cabanas de colmo.

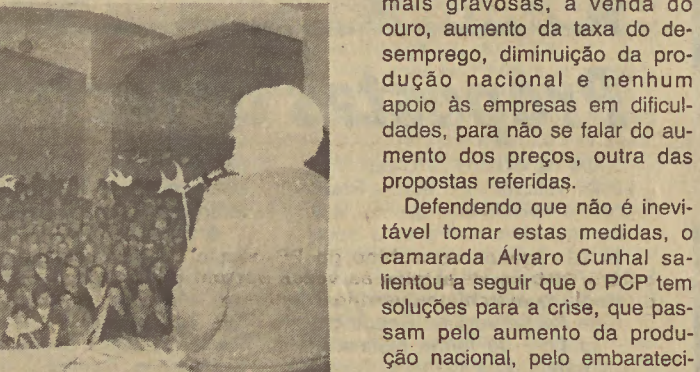
Aqui a população não esqueceu as conquistas alcançadas. No comício que depois se realizou Álvaro Cunhal salientaria que o que a APU ali fez podem os comunistas e os seus aliados fazer no País se estiverem no Governo.

Mas o ambiente de entusiasmo e também de interesse pelas posições expressas não se fez sentir só no Algarve. Outrora se verificou no distrito de Beja. Em Almodôvar, município de maioria socialista, as pessoas encheram o largo fronteiro ao campo de futebol, ouviram atentamente as palavras dos dirigentes comunistas e também manifestaram as suas preocupações e dificuldades.

Na Messejana os carros tiveram de parar à entrada e à saída da povoação em virtude do número de pessoas que aí se encontrava. E num instante as viaturas eram cercadas pela multidão — muitos abraços, beijos, muitas vezes a dificuldade de trocar algumas palavras tantos os que falavam ao mesmo tempo.

E depois em Ervidel com a população quase toda concentrada no local do comício ou ainda em Aljustrel onde, sem exagero, se deve ter realizado o maior comício desde sempre.

Em Ferreira do Alentejo, a Casa do Povo, já pequena para iniciativas deste género tornou-se desta vez ainda mais pequena e muitas dezenas de pessoas ouviram da rua a intervenção do dirigente comunista. Domingo à noite, a última paragem foi em Grândola. A sessão decorreu ao ar livre, no largo fronteiro ao Centro de Trabalho do PCP. O frio agreste que se fazia sentir não foi impedimento para que os presentes não ouvissem até ao fim as palavras do camarada Álvaro Cunhal.



Ourique

Mas não podemos também deixar de referir as sessões realizadas em Silves, Olhão, Faro, Ourique, Odemira e Aldeia dos Fernandes. Em qualquer delas não faltou a participação das pessoas. As salas de cinema de Silves e Faro, cheias. O encontro com a juventude, num dos pavilhões da Escola Secundária de Olhão. E Ourique, município onde a APU venceu e confirmou a sua vitória nas eleições repetidas, ou Aldeia dos Fernandes, pequena aldeia próxima de Almodôvar, onde Álvaro Cunhal, num gracejo, disse que **aqui 9 em cada 10 pessoas votam APU**. E ainda Odemira, o maior concelho do País e talvez o que maior transformação sofreu na melhoria de vida dos



Grândola



Portimão



Baixo do Sertão - Monte Gordo

seus habitantes, com a Praça da República completamente cheia.

Soluções para a crise

A crise económica e as medidas apresentadas pelo dirigente socialista Mário Soares, foi sem dúvida um dos pontos mais focados por Álvaro Cunhal durante as sucessivas intervenções.

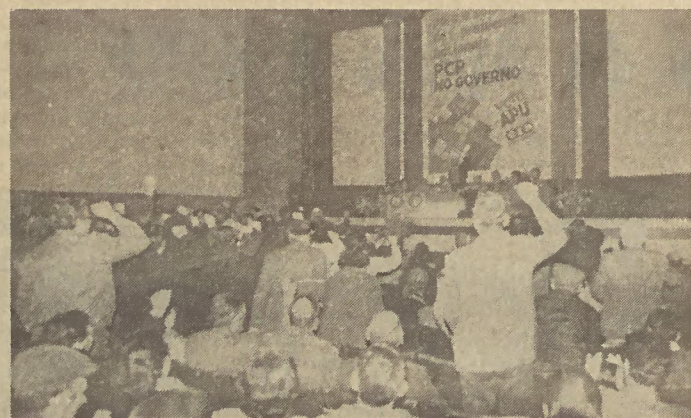
Recordando as propostas feitas pelo líder socialista para combater a crise destacou que mais não se trata de prosseguir a política até agora praticada — o PS pela voz de Mário Soares propôs o aumento das taxas de juro, a desvalorização do escudo (medidas estas que o actual Governo da «AD» já pôs em prática) o recurso ao crédito externo em condições mais gravosas, a venda do ouro, aumento da taxa do desemprego, diminuição da produção nacional e nenhum apoio às empresas em dificuldades, para não se falar do aumento dos preços, outra das propostas referidas.

Defendendo que não é inevitável tomar estas medidas, o camarada Álvaro Cunhal salientou a seguir que o PCP tem soluções para a crise, que passam pelo aumento da produção nacional, pelo embaçamento do crédito, proporcionando deste modo melhores condições aos pequenos e médios comerciantes, agricultores e industriais para desenvolverem as suas actividades, arrancar com os grandes projectos de interesse nacional (caso de Alqueva, Minérios de Moncorvo, Pirites Alentejanas, Plano Siderúrgico Nacional, entre outros) projectos estes que o PS — partido que se propõe ser governo — ainda não sabe se se devem realizar, tendo pedido seis meses, após a participação no Governo, para dizer se devem ou não concretizar-se.

Sobre isto Álvaro Cunhal levantaria a questão de que qualquer resposta deve ser dada antes das eleições, não trata-se de um cheque em branco que o PS pede aos por-

tugueses, para além de não fazer sentido que o Partido Socialista ainda não tenha estudado a fundo, ao fim destes anos todos, questões tão importantes para o desenvolvimento nacional.

Ainda sobre as medidas apresentadas por Mário Soares no passado dia 8, o secretário-geral do PCP alertaria para o facto de, a serem seguidas, levarem a economia nacional



Silves

para um abismo ainda maior do que o em que se encontra. Como não é solução, acrescentou, para as empresas em dificuldades o despedimento de trabalhadores. Não é fatal que esta seja a única solução e pode-se alterar a situação dessas empresas.

Criticar menos o PS?

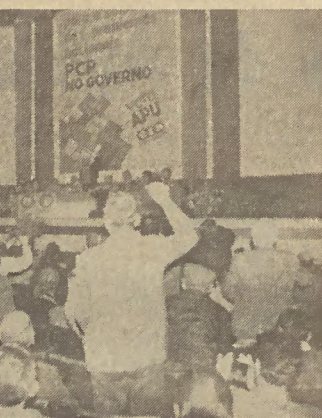
Uma das questões que por diversas vezes colocou relacionou-se com o aumento das taxas de juro, perguntando aos comerciantes se acaso estavam presentes, se essa era a melhor forma de facilitar a sua actividade. Com os juros mais elevados poderiam mais facilmente recorrer ao crédito? Dificultando-se o crédito dificultava-se a produção, salientou, para afirmar depois que se torna indispensável, **isso sim, aumentar a produção pois é daí que vem a resolução dos problemas nacionais**.

Entretanto, em Silves, durante a sessão de esclarecimento efectuada, uma pergunta surgiu: **Não seria melhor o PCP criticar menos o PS para se conseguir uma aliança com ele?**

Começando por salientar que quando o PCP propõe a unidade ao PS é para uma política que sirva os interesses dos trabalhadores e do povo português, Álvaro Cunhal adiantou que se fosse para liquidar a Reforma Agrária, entregar as empresas aos Mellos e Champalimaud então não seria preciso o PCP, afirmando por último que **ninguém conte que o Partido Comunista irá**

trair os trabalhadores para servir o capital.

Prosseguindo, fez notar que foi o Partido Socialista a cortar relações com o PCP. Mário Soares diz que não quer nada com o Partido Comunista — acrescentou Álvaro Cunhal — porque não é um partido democrático. Mas o PSD e o CDS são partidos democráticos. Mota Pinto,



Lucas Pires e Adriano Moreira são democratas.

Ainda sobre este assunto o dirigente do PCP recordou mais uma vez que para os comunistas o inimigo principal não é o PS, salientando que o que criticam aos dirigentes socialistas é o facto de procurarem e fazerem alianças com a direita, como tem sucedido com toda a série de leis que atingem os interesses do povo.

Voto útil

E a questão do voto útil nas próximas eleições de 25 de Abril surgiu. Realçando a grande derrota que os partidos da «AD» sofreram, derrota que não é de mais relevar (uma luta por vezes leva anos, enquanto uma vitória se esquece depressa), Álvaro Cunhal afirmou a memória dos presentes para o facto de que se se repetissem os resultados de 12 de Dezembro e mesmo que os partidos que compunham a «AD» concorressem coligados, ainda assim perderiam 17 deputados e a maioria na Assembleia da República, enquanto que a APU ganharia 10 deputados, o PS 8 e por seu turno a UDP perderia o único que detém.

No entanto, assinalou, os partidos da direita, hoje, não têm sequer condições para repetirem esses resultados. **Estão derrotados e bem derrotados** — declarou em Ourique —, **como aqui, pensavam que estavam de pedra e cal, mas caíram**.

Fazendo notar que importa esclarecer bem a derrota dos partidos da «AD» pois muita gente ainda hoje pode pensar que do voto no PS pode depender a derrota da direita, Álvaro Cunhal abordou a questão do voto útil.

Referindo que Mário Soares estende a mão à direita para formar governo, Álvaro Cunhal salientou que o voto útil no PS pode ser útil, sim, para que os partidos da direita, apesar de vencidos, fiquem no governo, acrescentando que **qualquer português que queira ver a questão com os olhos abertos não pode negar que é esta a realidade**.

Destacando nas suas intervenções que o PS pela sua

política de alianças com a direita não é alternativa, o secretário-geral do PCP abordou a palavra de ordem **PCP no Governo** que considerou como uma proposta não a este ou aquele partido, nem tão pouco a Reagan, à CEE, aos ingleses ou aos alemães, mas sim ao povo português, pois quem decide em Portugal é o povo português.

Resolver os problemas do país

E depois de salientar a importância desta proposta — e se o povo português quiser que os comunistas vão para o governo bem pode o sr. Reagan não querer — Álvaro Cunhal pôs em destaque a importância da APU reforçar as suas posições na Assembleia da República, pois se assim não suceder será muito difícil evitar a política que tem sido seguida nos últimos anos.

Convicto, no entanto, de que a maré democrática está a subir — e a deslocação do secretário-geral do PCP no último fim-de-semana pode ser um indicador — o camarada Álvaro Cunhal destacou igualmente na sua intervenção que a política proposta não é uma política que tenha apenas uma fachada para que depois os nossos camaradas eleitos tenham altos cargos, se governem ou governem os amigos.



Faro

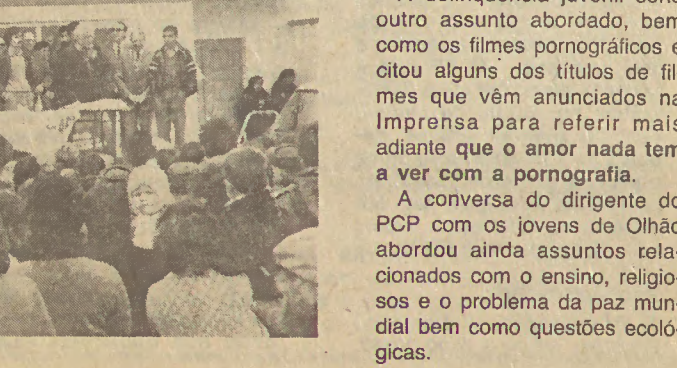
É para resolver os problemas do nosso povo e do país — acrescentou, lembrando que os deputados comunistas quando vão para a Assembleia da República ou quando estiverem em cargos governamentais apenas recebem os salários que à data venciam.

O excedente era entregue ao PCP e só no ano transacto, conforme destacou, entraram na caixa central do Partido cerca de 15 mil contos, como resultado da diferença de salários.

Não perder o ritmo

Em Faro, Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central, líder do Grupo Parlamentar do PCP e primeiro candidato da APU pelo distrito, foi também um dos oradores da sessão que se realizou no cinema Santo António.

Os principais problemas do Algarve foram focados na sua intervenção. Questões aliás abordadas no programa eleitoral da APU para o respectivo círculo e que vão desde o abastecimento de água até à criação da Região Administrativa do Algarve. E Carlos Brito



Aldeia dos Fernandes

apontou a gravidade da falta de água, que não tem a ver, hoje, apenas com a falta agrícola mas ameaça afectar o abastecimento às populações e até o funcionamento do turismo, uma das fontes de rendimento do distrito.

Sobre isto recordou que se não tivessem sido paradas as obras de determinadas barragens para aproveitamento das águas de superfície, ainda no Governo PS, e talvez hoje a situação não se apresentasse com a gravidade de que se reveste.

Carlos Brito acrescentou ainda que a campanha eleitoral da APU está na rua e com muita força e que é preciso não perder o ritmo.

Encontro com a juventude

Em Olhão, o programado encontro com a juventude imprimiu um ambiente diferente do que se verificou nas outras sessões. Aqui as perguntas versaram outros temas. Uma delas inquiriu da posição de Álvaro Cunhal sobre a liberalização das chamadas «drogas leves». Um murmúrio quase imperceptível na sala deu a entender que, para alguns dos presentes, perguntas deste tipo não se devem fazer. Mas a droga é uma realidade — uma má realidade — e não se resolve ignorando-a.

Manifestando uma preocupação legítima pelo alastra-

mento e uso da droga, Álvaro Cunhal abordou largamente esta questão. Referindo-se às chamadas «drogas leves» o secretário-geral do PCP considerou que em relação a estas a dificuldade está em saber em que momento é que se consegue evitar a dependência pelo que se podem transformar no caminho para as chamadas «fortes». A partir de dada altura o indivíduo que as usa torna-se tão dependente que excede a sua capacidade de vontade. E interrogou: **Que procuram os jovens com a droga? Afinal, nada que a vida não possa dar, sem meios artificiais. A vida é potencialmente rica e extingindo essa satisfação da vida não se torna necessário procurá-la por outros meios**.

Salientando que se torna imperioso ajudar os jovens que usam a droga, sem se tomar posição condenatória ou insultuosa, pois a sociedade que não dá resposta aos anseios dos jovens tem muitas responsabilidades no que se passa. Álvaro Cunhal recordou a seguir que se fala muito da droga e não se fala do alcoolismo que considerou também uma questão grave pois existem em Portugal cerca de meio milhão de alcoólicos.

A delinquência juvenil seria outro assunto abordado, bem como os filmes pornográficos e citou alguns dos títulos de filmes que vêm anunciados na imprensa para referir mais adiante que o amor nada tem a ver com a pornografia.

A conversa do dirigente do PCP com os jovens de Olhão abordou ainda assuntos relacionados com o ensino, religiosos e o problema da paz mundial bem como questões ecológicas.

PCP

Distrito de Lisboa

Comício na Brandoa:

«Cada vez mais e mais democratas defendem que o voto útil, de esquerda é na APU»

Culminando um programa intenso de contacto com a população do concelho da Amadora, o camarada Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, participou, no passado dia 27, num comício realizado na Brandoa, onde teve oportunidade de comentar a actual situação política, realçando as tarefas da batalha eleitoral.

Octávio Pato afirmaria a dada altura:

(...) De concreto, temos assim que o PS não quer nada com o PCP (logo quer com o PSD ou o CDS, ou com o PSD e o CDS); que pensa abrir à Banca a iniciativa privada; que vai reaver a lei da greve e dos despedimentos; que vai professar a política belicista e reacionária dos Estados Unidos da América, e naturalmente defender a utilização das nossas bases militares pelos americanos, a instalação de mísseis na Europa, a bomba de neutrões...

Pelo sabemos, pois, das posições do PS, elas em nada diferem das do grande patronato ou das dos partidos da direita. E esta é, afinal, a verdadeira

razão porque o PS nada quer com o PCP.

Sabemos também já, por exemplo, que o socialismo do Séc. XXI que Mário Soares, Jaime Gama e outros dirigentes socialistas têm na forja, é de tal maneira lato que Veloso Simão, ex-ministro de Marcelo Caetano e agora candidato a deputado pelo PS, não tem pejo em subvertê-lo.

Na verdade, a 'AD' é o grande inimigo da democracia, é o nosso principal inimigo. Tem de ser corrida da área do poder e existem condições para que isso aconteça.

Daí as nossas grandes críticas aos dirigentes do PS: é que verificamos que em vez de procurarem acordos ou pontos de acção conjunta com as

forças democráticas, de forma a encontrar-se a alternativa democrática que garanta a política necessária para fazer sair o país da crise, estenda a mão à 'AD', permitindo-lhe que continue no poder, quando de facto não é essa a vontade maioritária do nosso povo, quando de facto a política que o país exige só é possível com a participação dos trabalhadores e do PCP.

Ainda que o quiséssemos, não poderíamos nunca honestamente dizer que o voto útil para bater a direita é o voto no PS.

Assim pensam também milhares e milhares de democratas que o PS se propõe, porque soluções para fazer sair o país da crise ainda não vimos nenhuma.

O próprio Mário Soares disse que o mal da 'AD' foi não saber "gerir a crise".

E é naturalmente "gerir a crise" que o PS se propõe, porque soluções para fazer sair o país da crise ainda não vimos nenhuma.

O PS propõe-se dar ao país analgésicos para lhes atenuar as dores; curar-lhe o mal não sabe, nem pode, porque não quer e lhe faltam os meios; a confiança e a vontade dos trabalhadores que vêem no PS, tal como neste momento se apresenta, não um partido socialista mas um partido social-democrata, virado para alianças com a direita e preocupado unicamente em ganhar a confiança do grande patronato e do imperialismo.

Assim, cada vez mais e mais democratas pensam e defendem que o voto útil de esquerda é na APU.

Só uma grande, uma forte votação na APU, só o aumento do n.º de deputados do PCP e dos seus aliados na Assembleia da República, poderá obrigar a uma inflexão na política da direcção do PS, impedir que se concretizem as alianças com a direita já enjaneadas e se assegure uma nova política e a alternativa que o país reclama e é indispensável para sair da crise.

Cidade de Lisboa

Encontro das Comissões de Apoio à APU

● Apelo aos trabalhadores

Um apelo aos trabalhadores de Lisboa para uma grande votação na Aliança Povo Unido é o documento mais importante saído do Encontro das Comissões de Apoio à APU da cidade, realizado no passado dia 25 no Centro Social dos Trabalhadores do Comércio.

Nele participaram cerca de 250 activistas da APU em representação de 60 empresas e locais de trabalho, tendo os vários intervenientes abordado questões relacionadas com o desenvolvimento da campanha e a acção das comissões de apoio. O camarada José Casanova fez uma intervenção sobre a situação política e as principais linhas de orientação para o esclarecimento a realizar junto dos trabalhadores e da população em geral.

O Encontro aprovou saudações à manifestação dos trabalhadores dos transportes, à Conferência de Solidariedade com os Estados da Linha da Frente e uma moção de protesto contra a manipulação da informação e da Comunicação Social estatizada, designadamente na RTP.

Foi no final aprovada a já referida resolução-apelo: Considerando o papel decisivo da mobilização e intervenção dos trabalhadores na Campanha Eleitoral, O Encontro das Comissões de Apoio à APU realizado no Centro Social dos Trabalhadores do Comércio em 25 de Março de 1983 resolve apelar aos trabalhadores da Cidade de Lisboa:

● Ao prosseguimento da luta em defesa dos seus direitos, por melhores condições de vida e de trabalho, contra as manobras do patronato e do Governo PSD/CDS

● A uma activa e criadora acção na campanha eleitoral em torno do esclarecimento das propostas e objectivos da APU

● A formação nas empresas e nos mais diversos locais de trabalho e estudo de comissões de apoio à APU que integrem democratas, homens, mulheres e jovens, com ou sem filiação partidária, mas unidos pelo mesmo ideal: a defesa do Portugal de Abril e das suas conquistas.



● A dinamização de tais comissões de apoio tornando-as verdadeiros elos de ligação com os trabalhadores, promovendo as mais diversas iniciativas de esclarecimento e propaganda, levando a cada local de trabalho e a cada trabalhador a palavra da APU

● A uma grande votação na Aliança Povo Unido da classe operária e de outras ca-

madas de trabalhadores da Cidade de Lisboa, no sentido de assegurar a defesa dos seus direitos e interesses materiais, sociais e culturais e contribuindo para o reforço parlamentar da APU, condição indispensável à concretização numa nova política capaz de resolver os problemas nacionais, através de um Governo com a participação dos comunistas e outros democratas.

utilização dos contratos a prazo tem vindo a generalizar o clima de insegurança no trabalho e a condicionação do exercício das liberdades dos trabalhadores nas empresas.

A situação dos agricultores agrava-se dia a dia. Os sucessivos aumentos dos adubos, pesticidas, rações, gasóleo e de mais factores de produção, bem como os atrasos e os baixos preços pagos aos agricultores pelo vinho, pela fruta, tomate, batata, couve, etc., levaram já ao encerramento de muitas pequenas e médias explorações agrícolas e agropecuárias e ao abaixamento sensível da produção agrícola.

A situação dos pequenos e médios comerciantes e industriais arrasta-se para níveis de ruína, quer com baixa de consumo devido à inflação, quer, com as desastrosas medidas que aumentaram as taxas de

juízo e restringem o crédito a níveis inaceitáveis.

A situação dos quadros técnicos e intelectuais, das mulheres, dos jovens, dos deficientes e reformados reflecte a situação geral e aumenta crescentemente as dificuldades específicas de cada um desses sectores.

A ineficácia dos governos dos últimos sete anos conduziu ao agravamento dos problemas gerais da região e continuam por resolver inúmeras carências em áreas tão essenciais como a saúde, a habitação, o ensino, o desenvolvimento económico, a rede viária, o turismo, a cultura e o património cultural, o desporto, a defesa do ambiente, a assistência infantil, entre outros.

No distrito de Leiria, como em todo o País, os problemas são muitos, a situação é grave mas não é irreversível nem irremediável.

Açores

Comissão de Ilha de S. Miguel

Esteve reunida na sua sede em Ponta Delgada, no dia 22 de Março, a Comissão da Ilha de S. Miguel do PCP, para analisar problemas relativos a questões de carácter político e político-eleitoral, bem como para fazer o balanço da pré-campanha da APU em S. Miguel.

Quanto ao primeiro aspecto, a Comissão de Ilha constatou e repudiou veementemente as duas manobras de fundo de aproveitamento eleitoralista levadas a cabo pelo Governo Regional a fim de favorecer o PSD nas próximas eleições e que são: o atraso na inauguração do Aeroporto de S. Jorge, atirando-a para o último dia da campanha, ou até (quem sabe?) para o dia 24 de Abril, e o atraso no pagamento dos salários aos trabalhadores da

Administração Regional e Local, com mais atraso ainda para o pagamento dos retroactivos, de forma a concretizá-los no início ou no decorrer da campanha eleitoral.

A Comissão de Ilha analisou com preocupação a situação de pelo menos 8 empresas na ilha com os salários em atraso, bem como as dificuldades crescentes que enfrentam os pequenos e médios comerciantes de S. Miguel.

Igualmente analisou com preocupação a perspectiva de uma inesperada perda de cerca de 200 postos de trabalho de um dia para o outro, em consequência da paralisação e crise, sem garantias de continuidade, das obras do hotel de Vista do Rei, Sete Cidades e do Edifício Solmar (P. Delgada).

Constatou ainda a gravidade da situação na Empresa de Transportes Varela, Lda., em que a administração já despediu cerca de 30 trabalhadores, e os prejuízos diários que tal situação ocasiona à população (nomeadamente «engarramentos de trânsito», superlotação de carreiras e atrasos constantes em relação aos horários).

Finalmente, considerou degradante o pioramento das condições de vida da população da ilha (a que mais emigra) e a especulação desenfreada com os preços e as rendas de casa, em particular na cidade.

Quanto ao balanço da pré-campanha eleitoral da APU foi possível concluir que nesse período se realizaram em toda a



Construção Civil

Convívio de militantes em Marvila, no dia 9

Por iniciativa da DORL, vai realizar-se no próximo dia 9 de Abril (sábado), na Escola do Vale do Fundão, em Marvila, uma jornada de convívio para militantes do PCP do sector da Construção Civil do distrito de Lisboa.

O programa terá início às 12 horas, estando prevista, além do almoço de confraternização, uma sessão de fados.

No convite feito pela DORL aos camaradas da Construção Civil, depois de se referir ao significado das eleições de 25 de Abril, salienta-se: «Grandes são as tarefas que se colocam neste momento a todos os comunistas e também aos militantes do Partido no sector da Construção Civil, que conta no nosso distrito com cerca de 90 mil trabalhadores». E mais adiante: «Todos temos consciência das dificuldades que existem na nossa organização. Mas só mobilizando os membros do Partido, através das suas próprias organizações, estaremos à altura de responder às tarefas que temos pela frente».

A iniciativa do próximo dia 9 contará com a presença, entre outros camaradas, de Severiano Falcão, membro do Comité Central do PCP. As fichas de inscrição para a jornada de convívio deverão ser entregues o mais depressa possível no CT Vitória (camarada Albergaria).

Informa-se, entretanto, que para se chegar à Escola do Vale do Fundão localizada a 300 metros do Largo do Poço do Bispo e da rotunda do Baptista Russo - podem utilizar-se os seguintes autocarros: de Alagés - 50; do Terreiro do Paço - 25 e 25 A; de Alcântara - 18; da Praça do Comércio e dos Olivais - 25.

Participa e leva um amigo!

Distrito de Castelo Branco

Propostas objectivas

Os candidatos APU pelo círculo eleitoral de Castelo Branco, no «Manifesto» que estão a divulgar junto do Povo da Beira Baixa apontam, em linhas gerais, a política de desenvolvimento que defenderão na próxima Assembleia da República.

Embora de forma resumida, os candidatos da APU (José Paulo Gasção Nunes é o cabeça de lista) definirão assim as grandes linhas duma política objectiva apontada ao desenvolvimento duma região que tem sido esquecida pelo Poder Central:

● Defenderemos a reorganização e a reconversão da indústria têxtil, com a participação dos trabalhadores e de forma a garantir e a aumentar o volume de emprego e a defesa da pequena e média empresa;

● Defenderemos os agricultores e o desenvolvimento da agricultura, exigindo justo apoio técnico e financeiro e preços de garantia;

● Defenderemos, como exigências prioritárias, a rápida concretização do projecto do Regadio da Cova da Beira, o início dos estudos sobre a industrialização dos produtos do regadio e o apoio às cooperativas e às empresas transformadoras existentes (casos da Luso-Serra, da Garpan, da Sapol, entre outras);

● Defenderemos uma justa política para os terrenos baldios;

● Defenderemos a criteriosa exploração dos coutos mineiros e recursos naturais do distrito e a melhoria das condições de trabalho e segurança dos trabalhadores e a elevação do seu nível cultural e social e de suas famílias;

● Defenderemos o começo da industrialização do tungsténio próximo do couto mineiro da Panasqueira e com salvaguarda dos interesses nacionais;

● Defenderemos a renovação prioritária da linha de caminho-de-ferro da Beira Baixa, a construção urgente dos troços necessários para a melhoria das ligações viárias a Lisboa e ao Porto, o desenvolvimento do estudo e sua implementação da estrada que ligue a

fronteira ao litoral, bem como a abertura das fronteiras do Monfortinho e de Penamacor;

● Defenderemos a implementação na Beira Baixa dum Serviço Nacional de Saúde universal e gratuito, com integral aproveitamento e articulação dos 3 Hospitais Distritais: Castelo Branco, Covilhã e Fundão;

● Defenderemos o fortalecimento do Poder Local, a começar pelo integral cumprimento da Lei das Finanças Locais, o que o PSD, o CDS e o PS não fizeram quando tiveram responsabilidades governamentais;

● Defenderemos a rigorosa delimitação das responsabilidades autárquicas, nomeadamente em matéria de habitação e urbanismo, equipamentos escolares, Terceira Idade e Infância;

● Defenderemos uma criteriosa regionalização que atenuar os custos da nossa interiorização e conduza à rápida aproximação das condições de vida da zona desenvolvida do País - o litoral;

● Defenderemos e estudaremos, com o apoio e a participação das populações, a passagem a freguesia de algumas anexas, nomeadamente Enxames, Lencóis e Coutada. Estudaremos igualmente com a população de Alcains a proposta de passagem desta freguesia a concelho.

O «Manifesto» sublinha, entretanto, que «com deputados eleitos no nosso distrito pela APU estaremos em melhores condições de lutar pelos interesses do Povo da Beira Baixa».

Realizou-se no passado dia 27 um comício-festa de apresentação dos candidatos da APU, em Ponte de Lima (Viana do Castelo).

Henrique de Sousa, membro do CC do PCP e candidato da APU no distrito afirmou no decorrer da sua intervenção: «Não é cedo para que os portugueses esclareçam e apontem as razões e os responsáveis da crise e comparem as propostas das várias forças políticas. Porque não basta mudar as caras ou o nome do Governo. Para vencer a crise e assegurar o futuro democrático da nossa pátria, para vencer o atraso e rasgar as vias do progresso do Alto Minho, é preciso uma autêntica mudança de política. Só o voto na APU dá força à mudança radical de política e à proposta de unidade democrática, capazes de resolverem os problemas nacionais e dar um novo rumo democrático ao País. O voto no PS seria, nas actuais circunstâncias, um voto de facto destinado a continuar com a mesma política desastrosa dos partidos da AD, sob a capa duma mudança apenas aparente e significativa o agravamento da crise».

Domingos Bezerra, membro da Comissão Nacional do MDP/CDE e candidato da APU pelo distrito, diria por seu turno: «O MDP/CDE depois destas eleições será o único, além dos quatro grandes partidos, a ter representação na AR. Será o 5.º partido com Grupo Parlamentar na AR. Se fossemos "filhotes" ou "satélites", acontecer-nos-ia como aos partidos que integram as listas do PS ou seja a UEDS e a ASDI, que na AR apenas serão vulgares satélites independentes, não tendo representação própria, nem voto próprio. Isto parece bem significativo da independência ou não dum partido».

Acrescentou Domingos Bezerra: «Só a APU garante a alternativa e a mudança. A FRS falhou, a AD falhou. Só a APU se mantém. A APU é o exemplo de entendimento democrático entre forças distintas.

Esta visita integra-se numa vasta série de contactos com empresas, organizações da voura e instituições sociais do Alto Minho, tendo em vista recolher duma informação precisa sobre os problemas e carências existentes, de modo a fundamentar melhor as propostas do PCP e da APU quanto à política de desenvolvimento da região a defender junto do Governo e na próxima Assembleia da República.

Esta visita aos estabelecimentos de Viana do Castelo constitui para a delegação do PCP a confirmação da importância desta empresa nacionalizada para o desenvolvimento de toda a região e demonstração da grande contribuição dos trabalhadores da empresa para a sua franca recuperação económica e aumento da produtividade. Foi confirmado ainda que só uma política e um governo democráticos são honrosos e seguros para o progresso da construção naval e para o progresso e expansão desta empresa.

Distrito de Setúbal

Convívio de trabalhadores da Lisnave

No último fim-de-semana decorreram no distrito de Setúbal numerosas iniciativas promovidas pelas organizações do Partido no quadro da batalha eleitoral que se avizinha.

Na Cova da Piedade, por exemplo, realizou-se no domingo um almoço-convívio de trabalhadores da Lisnave, organizado pela célula do PCP.

Além de apresentar aos seus companheiros os dois trabalhadores da empresa candidatos a deputados pela APU no círculo eleitoral de Setúbal, esta iniciativa proporcionou um debate oportuno, vivamente participado, sobre a importância das eleições de 25 de Abril, destacando a utilidade e a necessidade do voto democrático na Aliança Povo Unido.

O almoço de confraternização reuniu cerca de 500 pessoas, a que se juntaram muitas outras durante a tarde. Mais de metade dos inscritos para a iniciativa não eram militantes do PCP nem do MDP/CDE. Havia muitos participantes de diversas correntes de opinião, incluindo socialistas e independentes.

Usaram da palavra os dois trabalhadores da Lisnave candidatos a deputados: José Maia, operário; e Emília Lidia, empregada do refeitório.

Realizou-se na passada sexta-feira, dia 25, promovida pela Comissão Local do PCP no Laranjeiro, uma sessão de esclarecimento que reuniu cerca de 50 pessoas. Esta sessão cujo objectivo era o esclarecimento sobre as próximas eleições para a AR, contou com a presença de Castro Fernandes, membro do C. Conce-

lhia de Almada do PCP, do clube «Beira Mar» em Almada, realizava-se na mesma noite uma sessão promovida pela Freguesia do Partido.

Promovida pela Comissão Local do PCP no Feijó, decorreu no Clube Recreativo Feijó (Cova da Piedade), a sessão de esclarecimento para além dos camaradas da comissão local, comissão celiha de Almada, contou ainda com a presença do camarada José Vitoriano membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do nosso Partido.

Esta iniciativa realizada no sábado, reuniu cerca de 200 pessoas e terminou com a tuação dos «Galés» de Setúbal.

A Comissão de Freguesia do PCP da Costa da Caparica realizou no passado dia 25 o Grupo Amigos da Costa uma sessão de esclarecimento para além dos camaradas da Comissão de Freguesia, ainda a presença dos camaradas Augusto Flor, da Comissão Concelhia de Almada, e José Vitoriano, da Comissão Política do CC.

A sessão-debate reuniu cerca de 80 pessoas.

Augusto Flor, referiu que a população da Costa, que tem de e que trabalha na Costa da Caparica, não vota AD mas sim Aliança Povo Unido.

Por seu lado, José Vitoriano referiu que há que contribuir decididamente através do voto na votação na APU para a eleição do 10.º deputado do distrito de Setúbal (Emília Lidia, operária da Lisnave).

Esta sessão terminou com a actuação de Carlos Paulo José Manuel.

Entretanto, a Comissão

Comício na Covilhã

Realização assinalável do último fim-de-semana foi o comício de apresentação dos candidatos por Castelo Branco que no sábado à tarde decorreu no Jardim da Covilhã perante mais de 700 pessoas.

Além de uma parte cultural, que incluiu a exibição do Rancho da Covilhã e a actuação da fadista Natércia de Aguiar, ali estiveram os candidatos da APU pelo distrito.

Foi em primeiro lugar dada a palavra a Armando Morais, membro do CC do PCP e mandatário distrital da APU. Depois de fazer a apresentação dos candidatos, Armando Morais afirmou que, ao contrário do que diz o sr. Carlos Robalo, só a eleição em 25 de Abril de deputados das listas da APU pode levar à AR «dignos representantes do povo da Beira Baixa».

Seguiu-se-lhe Carlos Vale, candidato, comerciante, que começou por confessar a sua dificuldade em falar dos problemas dos empresários numa terra onde a maioria da população é constituída por operários, os que em maior número, com maior violência são fustigados pelas dificuldades. Mas a camada de que faz parte tem problemas e graves - é verificável que quer pelo programa eleitoral quer pela prática política só a APU pode responder aos problemas e anseios desses pequenos e médios empresários. Na oposição aos interesses dos grandes capitalistas, afirmou, os interesses daqueles coincidem com os da classe operária e restantes trabalhadores. Por isso considerou legítimo e coerente fazer parte da lista da APU, e apelou ao voto na APU de todos os que sofrem as consequências de uma política exclusivamente virada para a defesa dos interesses dos grandes capitalistas.

Luís Garra, também candidato, operário e dirigente sindical, insistiu na necessidade do apoio à reconversão do sector têxtil, de forma a defender os pequenos e médios industriais e garantindo os direitos, postos de trabalho e melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Também Antunes Ferreira, advogado, membro da Comissão Nacional do MDP/CDE e candidato pelo

distrito de Setúbal, se referiu ao comício de apresentação dos candidatos da APU no sábado à tarde decorreu no Jardim da Covilhã perante mais de 700 pessoas.

Além de uma parte cultural, que incluiu a exibição do Rancho da Covilhã e a actuação da fadista Natércia de Aguiar, ali estiveram os candidatos da APU pelo distrito.

Foi em primeiro lugar dada a palavra a Armando Morais, membro do CC do PCP e mandatário distrital da APU. Depois de fazer a apresentação dos candidatos, Armando Morais afirmou que, ao contrário do que diz o sr. Carlos Robalo, só a eleição em 25 de Abril de deputados das listas da APU pode levar à AR «dignos representantes do povo da Beira Baixa».

Seguiu-se-lhe Carlos Vale, candidato, comerciante, que começou por confessar a sua dificuldade em falar dos problemas dos empresários numa terra onde a maioria da população é constituída por operários, os que em maior número, com maior violência são fustigados pelas dificuldades. Mas a camada de que faz parte tem problemas e graves - é verificável que quer pelo programa eleitoral quer pela prática política só a APU pode responder aos problemas e anseios desses pequenos e médios empresários. Na oposição aos interesses dos grandes capitalistas, afirmou, os interesses daqueles coincidem com os da classe operária e restantes trabalhadores. Por isso considerou legítimo e coerente fazer parte da lista da APU, e apelou ao voto na APU de todos os que sofrem as consequências de uma política exclusivamente virada para a defesa dos interesses dos grandes capitalistas.

Luís Garra, também candidato, operário e dirigente sindical, insistiu na necessidade do apoio à reconversão do sector têxtil, de forma a defender os pequenos e médios industriais e garantindo os direitos, postos de trabalho e melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Também Antunes Ferreira, advogado, membro da Comissão Nacional do MDP/CDE e candidato pelo

distrito de Setúbal, se referiu ao comício de apresentação dos candidatos da APU no sábado à tarde decorreu no Jardim da Covilhã perante mais de 700 pessoas.

Além de uma parte cultural, que incluiu a exibição do Rancho da Covilhã e a actuação da fadista Natércia de Aguiar, ali estiveram os candidatos da APU pelo distrito.

Foi em primeiro lugar dada a palavra a Armando Morais, membro do CC do PCP e mandatário distrital da APU. Depois de fazer a apresentação dos candidatos, Armando Morais afirmou que, ao contrário do que diz o sr. Carlos Robalo, só a eleição em 25 de Abril de deputados das listas da APU pode levar à AR «dignos representantes do povo da Beira Baixa».

Seguiu-se-lhe Carlos Vale, candidato, comerciante, que começou por confessar a sua dificuldade em falar dos problemas dos empresários numa terra onde a maioria da população é constituída por operários, os que em maior número, com maior violência são fustigados pelas dificuldades. Mas a camada de que faz parte tem problemas e graves - é verificável que quer pelo programa eleitoral quer pela prática política só a APU pode responder aos problemas e anseios desses pequenos e médios empresários. Na oposição aos interesses dos grandes capitalistas, afirmou, os interesses daqueles coincidem com os da classe operária e restantes trabalhadores. Por isso considerou legítimo e coerente fazer parte da lista da APU, e apelou ao voto na APU de todos os que sofrem as consequências de uma política exclusivamente virada para a defesa dos interesses dos grandes capitalistas.

Luís Garra, também candidato, operário e dirigente sindical, insistiu na necessidade do apoio à reconversão do sector têxtil, de forma a defender os pequenos e médios industriais e garantindo os direitos, postos de trabalho e melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Também Antunes Ferreira, advogado, membro da Comissão Nacional do MDP/CDE e candidato pelo

distrito de Setúbal, se referiu ao comício de apresentação dos candidatos da APU no sábado à tarde decorreu no Jardim da Covilhã perante mais de 700 pessoas.

Além de uma parte cultural, que incluiu a exibição do Rancho da Covilhã e a actuação da fadista Natércia de Aguiar, ali estiveram os candidatos da APU pelo distrito.

Foi em primeiro lugar dada a palavra a Armando Morais, membro do CC do PCP e mandatário distrital da APU. Depois de fazer a apresentação dos candidatos, Armando Morais afirmou que, ao contrário do que diz o sr. Carlos Robalo, só a eleição em 25 de Abril de deputados das listas da APU pode levar à AR «dignos representantes do povo da Beira Baixa».

Seguiu-se-lhe Carlos Vale, candidato, comerciante, que começou por confessar a sua dificuldade em falar dos problemas dos empresários numa terra onde a maioria da população é constituída por operários, os que em maior número, com maior violência são fustigados pelas dificuldades. Mas a camada de que faz parte tem problemas e graves - é verificável que quer pelo programa eleitoral quer pela prática política só a APU pode responder aos problemas e anseios desses pequenos e médios empresários. Na oposição aos interesses dos grandes capitalistas, afirmou, os interesses daqueles coincidem com os da classe operária e restantes trabalhadores. Por isso considerou legítimo e coerente fazer parte da lista da APU, e apelou ao voto na APU de todos os que sofrem as consequências de uma política exclusivamente virada para a defesa dos interesses dos grandes capitalistas.

Luís Garra, também candidato, operário e dirigente sindical, insistiu na necessidade do apoio à reconversão do sector têxtil, de forma a defender os pequenos e médios industriais e garantindo os direitos, postos de trabalho e melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Também Antunes Ferreira, advogado, membro da Comissão Nacional do MDP/CDE e candidato pelo

distrito de Setúbal, se referiu ao comício de apresentação dos candidatos da APU no sábado à tarde decorreu no Jardim da Covilhã perante mais de 700 pessoas.

Além de uma parte cultural, que incluiu a exibição do Rancho da Covilhã e a actuação da fadista Natércia de Aguiar, ali estiveram os candidatos da APU pelo distrito.

Foi em primeiro lugar dada a palavra a Armando Morais, membro do CC do PCP e mandatário distrital da APU. Depois de fazer a apresentação dos candidatos, Armando Morais afirmou que, ao contrário do que diz o sr. Carlos Robalo, só a eleição em 25 de Abril de deputados das listas da APU pode levar à AR «dignos representantes do povo da Beira Baixa».

Seguiu-se-lhe Carlos Vale, candidato, comerciante, que começou por confessar a sua dificuldade em falar dos problemas dos empresários numa terra onde a maioria da população é constituída por operários, os que em maior número, com maior violência são fustigados pelas dificuldades. Mas a camada de que faz parte tem problemas e graves - é verificável que quer pelo programa eleitoral quer pela prática política só a APU pode responder aos problemas e anseios desses pequenos e médios empresários. Na oposição aos interesses dos grandes capitalistas, afirmou, os interesses daqueles coincidem com os da classe operária e restantes trabalhadores. Por isso considerou legítimo e coerente fazer parte da lista da APU, e apelou ao voto na APU de todos os que sofrem as consequências de uma política exclusivamente virada para a defesa dos interesses dos grandes capitalistas.

Luís Garra, também candidato, operário e dirigente sindical, insistiu na necessidade do apoio à reconversão do sector têxtil, de forma a defender os pequenos e médios industriais e garantindo os direitos, postos de trabalho e melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Também Antunes Ferreira, advogado, membro da Comissão Nacional do MDP/CDE e candidato pelo

distrito de Setúbal, se referiu ao comício de apresentação dos candidatos da APU no sábado à tarde decorreu no Jardim da Covilhã perante mais de 700 pessoas.

Além de uma parte cultural, que incluiu a exibição do Rancho da Covilhã e a actuação da fadista Natércia de Aguiar, ali estiveram os candidatos da APU pelo distrito.

Foi em primeiro lugar dada a palavra a Armando Morais, membro do CC do PCP e mandatário distrital da APU. Depois de fazer a apresentação dos candidatos, Armando Morais afirmou que, ao contrário do que diz o sr. Carlos Robalo, só a eleição em 25 de Abril de deputados das listas da APU pode levar à AR «dignos representantes do povo da Beira Baixa».

Seguiu-se-lhe Carlos Vale, candidato, comerciante, que começou por confessar a sua dificuldade em falar dos problemas dos empresários numa terra onde a maioria da população é constituída por operários, os que em maior número, com maior violência são fustigados pelas dificuldades. Mas a camada de que faz parte tem problemas e graves - é verificável que quer pelo programa eleitoral quer pela prática política só a APU pode responder aos problemas e anseios desses pequenos e médios empresários. Na oposição aos interesses dos grandes capitalistas, afirmou, os interesses daqueles coincidem com os da classe operária e restantes trabalhadores. Por isso considerou legítimo e coerente fazer parte da lista da APU, e apelou ao voto na APU de todos os que sofrem as consequências de uma política exclusivamente virada para a defesa dos interesses dos grandes capitalistas.

Luís Garra, também candidato, operário e dirigente sindical, insistiu na necessidade do apoio à reconversão do sector têxtil, de forma a defender os pequenos e médios industriais e garantindo os direitos, postos de trabalho e melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Também Antunes Ferreira, advogado, membro da Comissão Nacional do MDP/CDE e candidato pelo

distrito de Setúbal, se referiu ao comício de apresentação dos candidatos da APU no sábado à tarde decorreu no Jardim da Covilhã perante mais de 700 pessoas.

Além de uma parte cultural, que incluiu a exibição do Rancho da Covilhã e a actuação da fadista Natércia de Aguiar, ali estiveram os candidatos da APU pelo distrito.

Foi em primeiro lugar dada a palavra a Armando Morais, membro do CC do PCP e mandatário distrital da APU. Depois de fazer a apresentação dos candidatos, Armando Morais afirmou que, ao contrário do que diz o sr. Carlos Robalo, só a eleição em 25 de Abril de deputados das listas da APU pode levar à AR «dignos representantes do povo da Beira Baixa».

Seguiu-se-lhe Carlos Vale, candidato, comerciante, que começou por confessar a sua dificuldade em falar dos problemas dos empresários numa terra onde a maioria da população é constituída por operários, os que em maior número, com maior violência são fustigados pelas dificuldades. Mas a

Distrito do Porto

Sessão em Freamunde: «É legítimo perguntar...»

Freguesia de Almada do PCP promoveu recentemente, no salão de teatro da Academia Almadense (Almada), uma sessão de esclarecimento que reuniu cerca de 250 pessoas.

Esta sessão contou com a presença de camaradas da Comissão de Freguesia, Eduardo Gomes, da Comissão Concelhia de Almada, e Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, e Emilia Lidia, operária da Lisnave e 10.ª candidata pelo distrito de Setúbal as eleições para a AR.

Emilia Lidia, na sua intervenção, começou por saudar a população do concelho de Almada e, em particular, o sector naval que com a sua luta por melhores condições de trabalho, pelo pagamento dos salários em atraso, contra os despedimentos, pela viabilização do sector, muito contribuíram para o derrube do governo «AD» e marcação de eleições gerais antecipadas. Por seu lado, Domingos Abrantes referiu que o PCP está pronto a assumir as suas responsabilidades numa solução governamental, que se proponha realizar uma política que assegure a legalidade democrática, o melhoramento do bem estar dos portugueses, o respeito pelas conquistas democráticas, a saída da crise, o desenvolvimento económico, a independência nacional, a segurança e a paz. Para isso, é necessário trabalharmos no sentido de esclarecer que o voto na APU é o voto útil e certo, e contribuir decididamente para a eleição do 10.º deputado pelo distrito: a camarada Emilia Lidia, operária da Lisnave

gocier com o FMI e a banca internacional novos empréstimos em mais apertadas circunstâncias, de ter eventualmente que recorrer às reservas de ouro, de ter que desvalorizar ainda mais o escudo, de ter que subir os preços agravando a inflação, de ter que aumentar a taxa de desemprego, de ter que subir as taxas de juro e passar por falências de empresas inviáveis, de ter que cortar investimentos públicos... e alguns subsídios de incidência social, de ter que anular... o crescimento do produto interno e de ter que diminuir os rendimentos reais dos portugueses.

«É legítimo perguntar: em que estado ficariam o País e o próprio regime democrático se esta "receita" de Mário Soares fosse aplicada?»

«A continuação da política de direita, agora na modalidade PS/PSD ou PS/PSD/CDS, não só não permitiria resolver nenhum dos principais problemas nacionais como os agravaria a todos, faria perder mais tempo e mais possibilidades para enfrentar a crise e criaria uma situação completamente insustentável para o povo e para o País».

(...) As medidas que o PS propõe expressamente no seu programa eleitoral em relação aos trabalhadores mostram que entre as propostas de "consenso" e a realidade vai um verdadeiro abismo. Que significa o objectivo de "reexaminar o regime de cessação do contrato de trabalho" senão que M. Soares quer liberalizar os despedimentos? Que significa "instituir um regime de suspensão ou diminuição temporária da prestação de trabalho, por insuperáveis dificuldades económicas", senão que M. Soares quer condenar os trabalhadores ao desemprego quando isso convier à maximização da taxa de lucro dos grandes empresários? E que significa o objectivo de "revisão do regime jurídico das relações colectivas de trabalho" e a alteração da lei da greve há dias anunciada em Leiria por um candidato do PS, senão que M. Soares pretende que os trabalhadores paguem ainda mais a crise e a política de direita conduziu o País?»

Distrito de Aveiro

A camarada Zita Seabra, deputada do PCP e candidata da APU pelo distrito de Aveiro à Assembleia da República, participou durante os últimos dias em várias iniciativas políticas de esclarecimento no distrito pelo qual se apresenta às próximas eleições legislativas.

Depois de ter participado num debate que reuniu deputados dos outros partidos concorrentes, na Associação dos Estudantes da Universidade de Aveiro, com a participação de cerca de 500 estudantes e também professores daquele estabelecimento de ensino, a deputada do PCP encontrou-se com os elementos do Orfeão de Águeda, antiga instituição cultural, que foi formada em 1916 e cuja sede ardeu, não dispondo hoje o Orfeão de instalações próprias.

A deputada participou, no passado dia 25 de Março, em Albergaria-a-Velha, num encontro com a população na feira de Angeja, visitando depois o Hospital de Albergaria e a Escola do Ciclo Preparatório. A noite realizou-se em Águeda uma sessão de esclarecimento dos candidatos do Povo Unido.

No dia seguinte, Zita Seabra participou noutra

sessão de apresentação dos candidatos, desta vez em Ilhavo, encontrando-se presentes outros dois candidatos pelo distrito — Maria José e Joaquim Almeida. Nessa noite, em nova sessão, em Ovar, houve debate que contou com a presença de militantes socialistas.

Na manhã do dia 27, a deputada e candidata participou num encontro com a população de Cacia e, ao fim da tarde, num outro com a população de Sever do Vouga, tendo estado presente, à noite, numa confraternização realizada

em Águeda. Na manhã seguinte houve distribuição de propaganda na "Feira dos 28" e, depois, um almoço e um mini-comício à porta do Portuol, cuja administração não autorizou a iniciativa dentro da empresa.

Na terça e quarta-feira passadas estavam previstas mais iniciativas no distrito com a participação de Zita Seabra: uma visita a Ilhavo, incluindo visitas ao Hospital, à escola de artesanato, à Casa da Criança e ao Jardim Escola da Costa Nova; e uma visita a Oliveira do Bairro, nomeadamente ao Hospital.

Distrito de Coimbra

Iniciativas em Lôrvão e Soure

Jaime Serra, cabeça de lista da APU pelo distrito de Coimbra, esteve no passado sábado em Lôrvão, concelho de Penacova, onde participou numa sessão em que intervieram também João Dinis, candidato da APU, e um elemento da Comissão Concelhia de Penacova do PCP.

Abordando essencialmente aspectos relacionados com as próximas eleições legislativas, Jaime Serra referiu que «a APU é a força política que se encara com maior tranquilidade,

quer porque não tem responsabilidades na crise a que os governos AD/PSD/CDS conduziram o país, quer porque há dois anos que vem denunciando as graves consequências da política de direita realizada nos últimos anos» e não só agora, «como demagogicamente faz o PS que, como é sabido, sustentou no essencial os governos AD, reafirmando várias vezes a necessidade e legitimidade daqueles governos».

Também presente num almoço-conívio de apoio à APU, em Soure, Jaime Serra voltou

a recordar que, para os democratas, «o inimigo principal continua a ser a direita, e os seus partidos PSD/CDS», não deixando contudo de denunciar «que, depois da derrota estrondosa que a AD sofreu nos últimos meses, só pela mão do PS poderá ter de novo acesso ao Poder, pois é certo que a direita vai ficar em minoria na Assembleia da República», o que deve levar os democratas, inclusive os socialistas, «a votar na APU, única garantia de que será possível lutar e conseguir um governo do 25 de

Abriu, respeitador das grandes transformações políticas, económicas e sociais iniciadas em 1974».

Usaram ainda da palavra, no almoço de Soure, os candidatos APU Joaquim Vaz, que se referiu à necessidade, «para bem do concelho, de reforçar a votação na APU» e Lucinda Sobral Henriques, que apelou ao voto das mulheres na APU «pois representam a maior parte do eleitorado e podem contribuir decisivamente para uma profunda alteração da situação política nacional».

Dezenas de iniciativas

Realizaram-se no passado fim-de-semana dezenas de iniciativas de convívio, esclarecimento e mobilização da Aliança Povo Unido, um pouco por todo o distrito do Porto.

Sexta-feira foi dia de bancas com distribuição de documentos e recolha pública de fundos. A APU apareceu em cheio nas ruas da cidade alertando e esclarecendo. Foi, sem dúvida, uma jornada com receptividade e saldo positivo.

Os «meetings» de empresa, nas têxteis e nas metalúrgicas, foram também um importante meio de esclarecimento que a APU utilizou durante a semana, chegando às suas propostas a muitas centenas de trabalhadores, que nos intervalos de almoço e nas mudanças de turno ouviram os candidatos da APU.

Depois foram as sessões, em Valongo, em Gaia, em Rio Tinto, em Leça e em Freamunde. Foram também os almoços ou jantares de apoio à APU dos professores e dos comerciantes.

Em Freamunde, como em mais pormenor à parte noticiamos, participou numa sessão no sábado à noite, no salão dos bombeiros, o camarada Edgar Correia, candidato pelo círculo do Porto, que analisou a situação política e económica do País.

Em Rio Tinto, no salão da Junta de Freguesia, esteve o camarada Angelo Veloso, da Comissão Política do CC e 2.º candidato na lista da APU pelo círculo do Porto, que participou num animado debate sobre o tema «nas eleições e a crise económica e social — como construir uma alternativa democrática para a saída da crise».

Festa da Juventude

No domingo a grande iniciativa coube à juventude. Foi o «Juventude por Abril».

Inicialmente previsto para a Praça Humberto Delgado, veio a realizar-se, por causa da chuva, no Circo Povo Unido.

Apesar disso, a mobilização de muitas centenas de jovens fez uma festa animada e combativa. Uma festa de juventude.

Intervieram Carlos Duarte e Eloy Rodrigues — dois jovens, um trabalhador e o outro estudante,



candidatos nas listas da APU pelo círculo do Porto. Abordaram ali os problemas da juventude, o desemprego, os contratos a prazo, a educação e o ensino — e o Cardia levou uma valente assobadeira da juventude que não quer de novo Cardia no governo —, a falta de habitação. Ai, muitos olhos se entre cruzaram, como a dizer: «o meu caso...»

● 2.ª feira, dia 4

Comício-festa em Santo Tirso, às 16 horas, no Parque D. Maria II. Participação dos candidatos Ilda Figueiredo, Manuel Almeida e Manuel Gouveia.

Distrito de Santarém

Eleição do 3.º deputado

—um objectivo ao alcance do «Povo Unido»

sa (PCP), que afirmaria a dado passo:

«O voto no PS apenas serve a direita. Só o voto na APU pode contribuir para uma mudança de política que defenda os interesses do nosso povo. Só o voto na APU pode ajudar a uma verdadeira alternativa democrática».

«No plano nacional, o PS e os partidos da direita procuram apresentar os problemas que o nosso país enfrenta como uma fatalidade e tentam atirar as responsabilidades para cima do Povo português (...) Seremos nós os responsáveis pelo estado de desastrosa da lavoura no Alto Minho?»

«Somos nós os responsáveis pela falta de projectos industriais? Pela falta de uma rede viária moderna e actualizada? Pelas enormes carências na saúde, nos transportes, no ensino?»

«Que fizeram os deputados da AD e do PS pelo distrito na Assembleia da República?»

«Nós dizemos: nada! Fizemos apenas quatro intervenções em quase três anos».

«Por isso, está ao nosso alcance a eleição do primeiro deputado da APU pelo Alto Minho. Eleger um deputado é realista, urgente e necessário».

«É preciso uma voz livre, democrática e progressista do Alto Minho na Assembleia da República».

A Aliança Povo Unido promoveu no passado domingo, no Pavilhão da Agricultura, em Santarém, um comício-festa, de apresentação dos seus candidatos, pelo distrito, presidido por Sérgio Carrinho, presidente da Câmara Municipal da Chamusca, que saudou todos os presentes. Usaram da palavra perante as largas centenas de pessoas os seguintes candidatos: Teresa Carvalho, membro da JCP, candidata da APU à Assembleia Municipal de Lisboa; Valdemar Henriques, metalúrgico, dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Santarém, e membro do Conselho Nacional da CGTP-IP; João Simões, advogado, membro da Assembleia Municipal de Tomar, independente; José Marcelino, empregado bancário, membro da Comissão Nacional do MDP/CDE; e Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, deputado pelo distrito na Assembleia da República, que no seu discurso, para além

de abordar as questões relativas à política geral do nosso país, salientou o trabalho desenvolvido pelos deputados comunistas eleitos pelo distrito de Santarém, no parlamento.

Referiu, ainda, nas críticas que teve do Partido Socialista pelo seu constante alinhamento à direita, o facto de no distrito de Santarém destacados militantes socialistas, sinceros democratas, terem sido afastados das listas de candidatos.

Apontou ainda os objectivos da APU no distrito de Santarém, para estas eleições: aumento do número de votos; e eleição do terceiro deputado.

No final deste comício-festa, actuaram os seguintes ranchos folclóricos: Rancho Regional do Sorraia, Rancho Folclórico da Fajarda e o Grupo Desportivo da Avenida, Danças e Cantares de Santarém. Actuaram ainda o Grupo Musical «Jornada» e os actores José Viana e Dora Leal com um momento da revista «A Pata que os Pôs».

mas que afligem as populações daquela região.

Vários foram os oradores que trouxeram ao Teatro Ester de Carvalho o tema do «Encontro do Mondego em Luta» realizado em Montemor-o-Velho, por iniciativa do Organismo do Baixo Mondego do PCP, em que esteve presente Jaime Serra, da Comissão Política do Comité Central do PCP e primeiro candidato da APU pelo distrito de Coimbra.

A abriu o Encontro, Vasco Paiva, do Comité Central do PCP, sublinhando que aquela era uma iniciativa aberta, referiu que o povo «não acatou pacatamente, servilmente, a desastrosa política dos governos dos últimos sete anos» tendo por isso obtido «importantes vitórias, a maior das quais foi sem dúvida a demissão do governo AD/PSD/CDS e a convocação das eleições do próximo dia 25 de Abril». Este Encontro tinha por objectivo, segundo Vasco Paiva, «expor as experiências, mas também apontar as soluções» para os proble-

mas que afligem as populações daquela região. Vários foram os oradores que trouxeram ao Teatro Ester de Carvalho o tema do «Encontro do Mondego em Luta» realizado em Montemor-o-Velho, por iniciativa do Organismo do Baixo Mondego do PCP, em que esteve presente Jaime Serra, da Comissão Política do Comité Central do PCP e primeiro candidato da APU pelo distrito de Coimbra.

chamando a atenção para a situação grave da economia da região, traduzida no «encerramento de empresas como a Matugal, a Forvel, a Campimar, a Geal, a Serração de Foja, as Confeições Fontela» assim como na «má gestão, insegurança e crise de empresas como a Efanor, Avigado, Pedrosas, Sicomol, Empresa Industrial do Freixo» e ameaças sobre muitas outras que podem trazer «mais despedimentos e desemprego, atrasos no pagamento de salários, a ruína da economia local, miséria para os trabalhadores, intranquilidade e um futuro cheio de dificuldades». Quanto aos agricultores, sublinhou-se que «compram cada vez mais caro e vendem cada vez mais barato» e adianta-se que as obras de regadio do Mondego, que se apresentaram inicialmente «como factor de desenvolvimento da região», constituem hoje «uma séria preocupação para quem vive e trabalha no campo». A

situação da juventude é referida como a da «ausência» da garantia de empregos e de formação profissional». Aprecia-se ainda a «falta de assistência médica, dificuldades de transportes, habitação, ensino» e a falta de apoio às colectividades, bem como a «mediocridade da gestão das autarquias locais». O Encontro Mondego em Luta «considera os governos AD/PSD/CDS como responsáveis do empobrecimento do Baixo Mondego».

Jaime Serra transmitiu ao Encontro, em que estiveram cerca de 100 pessoas de vários concelhos, a solidariedade do PCP às lutas nascidas e desenvolvidas no Baixo Mondego, em especial à dos trabalhadores da Vidreira da Fontela. Mas para que tais lutas tenham êxito é indispensável, disse Jaime Serra, «confirmar em 25 de Abril a derrota que a AD já sofreu por imposição da vontade do Povo português».

Agenda

● Hoje

Sessão de esclarecimento no Clube Recreativo da Ramalha, promovida pela Comissão de Freguesia do PCP da Cova da Piedade (Almada), às 21 e 30, com Américo Leal, membro do CC, Carlos Sousa e Maria Emilia, vereadores na CM de Almada.

Sessão de esclarecimento, às 21 e 30, na Comissão de Moradores do Laranjeiro, com José Vieira, membro do CC do PCP e presidente da CM de Almada.

● Amanhã, 6.ª-feira

Reunião de quadros ligados à esfera sindical no CT da Covilhã, às 20 e 30, com Jaime Serra, da Comissão Política do CC. Reunião aberta à participação de dirigentes e delegados sindicais e membros de CTs.

● Sábado

Plenário da APU na Casa do Povo de Almeirim, às 21 horas. Intervenções de vários candidatos «Povo Unido». Haverá a passagem dum filme.

Debate na Cooperativa dos Pedreiros, às 15 horas, no Porto, sobre «os problemas dos sectores metalúrgicos e de materiais eléctricos da região do Porto». Inicialmente do Comité dos Metalúrgicos, com Manuel Almeida e António Mota.

Almoço-conívio na Fonte da Telha (Costa da Caparica/Almada), com Carlos Espadinha, às 13 horas.

Sessão na Costa da Caparica às 16 horas.

Almoço-conívio de activistas sindicais às 12 e 30 em Almada.

Sessão em Alhos Vedros, às 21 horas, com Álvaro Mateus. Na mesma localidade, sessão às 21 horas na garagem Particular, com Vitor Fernandes.

Comício na colectividade «Alentejanos», na Baixa da Banheira, às 21 horas.

Sessão no Penteado, às 21 horas.

Comício na Moita, às 13 horas.

● Segunda-feira, dia 4

Sessão na vila de Penela, distrito de Coimbra, às 21 horas.

Banca de propaganda na Praça 8 de Maio, em Coimbra.

● Terça-feira, dia 5

Sessões às 21 horas em Alfaiar (Penela), na escola primária; em Sepins (Cantanhede), no pavilhão do gimnódesportivo da junta; em Carvalhais (Lavos/Figueira da Foz), na Associação Recreativa, no distrito de Coimbra.

Delegação do PCP nos Estaleiros de Viana

promovidos pela APU sobre política geral e vários temas específicos.

No dia 22, no debate sobre política nacional e os problemas da banca nacionalizada, participaram Gaspar Martins, deputado do PCP e trabalhador do BESCL e Armando Coelho, do Sindicato dos Bancários do Norte e trabalhador da Caixa Geral de Depósitos. Gaspar Martins salientou a importância da banca nacionalizada no desenvolvimento económico do país e denunciou os projectos do PSD e CDS e do próprio PS de abertura da banca ao capital privado.

No dia 23, no debate sobre política nacional e problemas do ensino, participaram António Osório, professor do Ensino Secundário do Porto e António Silva, inspector escolar de Viana do Castelo. António Osório, no decorrer da sua intervenção, expôs os projectos da APU para a resolução dos problemas do ensino e debruçou-se em especial sobre a lei de bases.

No dia 24, no debate sobre os problemas da saúde em Portugal (perspectivas a médio e longo prazos), intervieram os médicos Luis Maciel (cardiologista), Amílcar Santos (ortopedista) e Luis Belo. Presidiu ao debate o candidato da APU e médico oftalmologista Sousa Fernandes.

Trabalhadores

Milhares de manifestantes no Terreiro do Paço

Intransigência do Governo é responsável pelos conflitos nos transportes

«Repetir os erros históricos de sete anos de política contrária às realidades de Abril, contrária aos interesses e às aspirações dos trabalhadores só agravaria os grandes problemas nacionais e prolongaria a crise». Com estas palavras, dirigidas em forma de aviso a quantos «apelam ao voto dos trabalhadores no abstrato sem definir com clareza a política que pretendem seguir», Jerónimo de Sousa manifestava ao mesmo tempo perante os largos milhares de pessoas que acorreram na tarde do último sábado ao Terreiro do Paço, a sua convicção sobre a urgência de uma nova política que tenha em linha de conta a participação efectiva dos trabalhadores e a defesa dos interesses do povo e do País.

Promovido pela Coordenadora Sindical do sector dos transportes, com o apoio da CGTP-IP e das Cintas Industriais de Lisboa e Setúbal, aquele comício culminava uma manifestação que partiria dos Restauradores e no decorrer da qual esteve patente da parte dos presentes uma inabalável confiança no Portugal de Abril.

A resolução do conflito nos transportes contra a intransigência do governo PSD/CDS, a actualização justa dos salários, o aumento do custo de vida, razões que presidiram à realização desta jornada de luta, estiveram naturalmente na origem das palavras de ordem gritadas ao longo do desfile e foram a tónica dos discursos proferidos no comício.

«Trabalhadores são a força da Nação; tecto salarial só interessa ao capital», «trabalhadores transportes têm razão, governo PSD/CDS não», «governo da reacção tira transportes e pão», ecoaram bem alto

balhadores como aliás pelo próprio governo, não mereceu contudo da parte deste qualquer resposta, numa clara fuga à resolução dos problemas e numa tentativa desesperada de aplicar o tecto salarial. Em face desta posição, no entender dos

no utiliza os órgãos de comunicação social para fazer tábua rasa da sua responsabilidade e lançar o ódio da situação sobre os trabalhadores e tentar a todo o custo voltar a população contra nós», concluiu o orador.

sentativas dos trabalhadores dos transportes no próximo dia 6 de Abril onde se fará uma análise da situação e se apontarão as novas formas de luta a adoptar.

Centrando a sua intervenção em torno da situação política e das lutas desenvolvidas pelos trabalhadores e pelo movimento sindical, usou a seguir da palavra Jerónimo de Sousa, em nome das organizações promotoras da jornada.

Aquele dirigente operário começou por lembrar que apesar de «enfraquecido, desautorizado e derrotado», por força da luta dos trabalhadores, o Governo persiste na política de confronto, de desestabilização virada contra os trabalhadores e seus direitos. Uma política que, conforme exemplificou, só nas empresas dos distritos de Lisboa e Setúbal provoca mais de 150 conflitos laborais.

Enumerando algumas dessas lutas, Jerónimo de Sousa chamou a atenção para o que se passa na Lisnave, SIPE, Equipetal, Corame, Mompur, Enomecânica e tantas outras onde os trabalhadores não recebem em devido tempo os seus salários ou subsídios; ou para a ameaça de despedimentos colectivos que pesa sobre os trabalhadores da CTM e da Bertrand, ou ainda para a

A luta vai continuar

Na resolução respeitante aos conflitos nas empresas de transportes, aprovada por unanimidade pelos largos milhares de manifestantes concentrados no Terreiro do Paço, ficou a claro a responsabilidade do Governo em todo este processo, de que são vítimas quer os utentes e a população em geral quer os trabalhadores dos transportes públicos.

Depois de dar conta das diligências efectuadas pelas estruturas representativas dos trabalhadores na busca de uma solução justa para o conflito, o documento exige do governo a apresentação de «uma resposta à proposta apresentada pelos sindicatos em 21 de Fevereiro, proposta esta que membros do Governo consideraram viável», e que discuta com os sindicatos os problemas da CTM e restantes empresas de transportes.

Por outro lado, os trabalhadores reafirmam a sua exigência de obter audiências com o primeiro-ministro e com o ministro dos Transportes que já anteriormente havia afirmado existirem condições para a resolução dos conflitos.

A resolução aprovada manifesta ainda o apoio de todos os presentes às decisões que «vierem a ser tomadas no plenário conjunto de organizações representativas de trabalhadores da Carris, Metro e RN», a realizar no próximo dia 6 de Abril.

trabalhadores, o governo optou pela desestabilização social e por uma política de agressão aos interesses dos trabalhadores e da população. «O Gover-

A traição dos divisionistas

Numa referência ao papel de traição desempenhado pela UGT, aquele dirigente sindical lembrou que os divisionistas começaram por se colar aos objectivos justos e à luta dos trabalhadores dos transportes, para depois passarem às manobras de diversão com formas de luta decididas unilateral e administrativamente e, por último, «no ponto alto da luta», aparecerem a tentar dividir, enfraquecer e desmobilizar os trabalhadores, colocando-se abertamente ao lado das administrações. «Os divisionistas — sublinhou António Moraes — fazem unidade na acção, não com os trabalhadores, mas sim com os conselhos de gerência e o governo».

Depois de enunciar a firme disposição dos trabalhadores em prosseguirem a luta até que seja «encontrada uma base satisfatória que permita recuperar o poder de compra perdido», aquele sindicalista informou da realização de um plenário das estruturas repre-



A luta dos trabalhadores dos transportes só terminará quando for encontrada uma base satisfatória que permita recuperar o poder de compra perdido e satisfaça a defesa dos seus direitos e interesses

Terra

Uma nova política agrícola que melhore a situação da lavoura — defende a CNA

Uma nova política que contemple preços justos para os produtos agrícolas, não permita novos aumentos dos factores de produção, responda ao problema do escoamento dos produtos e o seu pagamento a tempo e horas, conceda facilidades de crédito a baixas taxas de juro, crie um seguro agrícola e permita a justa indemnização pelos prejuízos provenientes de calamidades naturais — eis em síntese, na opinião da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), algumas das direcções principais que devem nortear a acção do governo a sair das próximas eleições do 25 de Abril.

Esta posição da CNA, torna a pública no passado fim-de-semana, resulta da necessidade de mudar por completo a

política agrícola aplicada pelos sucessivos governos desta última mela-dúzia de anos, já que nenhum agricultor está satisfeito com a situação actual.

No documento aprovado pela direcção da CNA, faz-se ainda saber que aquela organização representativa dos agricultores tem um compromisso sagrado com a defesa dos interesses da lavoura, sejam quais forem os partidos no Poder.

Dai a razão, segundo refere o comunicado, de em vez de apelar ao voto dos agricultores neste ou naquele partido político a CNA defender o voto por uma nova política para a nos sa agricultura.

O voto dos homens do cam-

po, segundo a CNA, deverá ser um voto daqueles que impeçam o roubo dos baldios aos compartes, obriguem os serviços oficiais a cumprir a Lei dos Baldios e se preocupem em dar prioridade ao progresso da lavoura.

Vamos votar por uma nova política — acentua o documento — que nos garanta um verdadeiro apoio técnico e uma ajuda real às nossas cooperativas agrícolas bem como uma renda economicamente justa e a necessária estabilidade a rendeiros e seareiros.

Fazendo um breve balanço da política agrícola seguida pelos governos nos últimos anos a CNA recorda que ela apenas serviu para sangrar ainda mais a riqueza que nós pro-

duzimos, a favor de grandes industriais, armazénistas e intermediários.

Nunca tantos enriqueceram tanto em tão pouco tempo, chama ainda a atenção o documento, ao mesmo tempo que se verifica uma fuga dos jovens da agricultura e ao aumento das extensões de terras abandonadas.

Depois de formular desejos de que o voto dos agricultores sirva para melhorar esta nossa situação, a CNA afirma que no caso de não se fazer justiça ao trabalho do homem dos nossos campos, então, o caminho é o da continuação da luta, pois, de contrário seria pactuar com a destruição daquilo que resta da lavoura nacional.

arroz até 31 de Dezembro e o adiantamento do crédito de campanha».

Deslocando-se em mais de uma centena de tractores, a manifestação dos produtores iniciou-se no Largo da Feira, em Montemor-o-Velho, tendo-se posteriormente dirigido para a Direcção Regional do MACP em Coimbra.

Em comunicado divulgado à população, as organizações promotoras da manifestação informaram das dificuldades por que passam os orizicultores em virtude de terem tido de «pagar do seu bolso a diferença entre o juro bonificado e o juro normal».

O abastecimento de água à região, essencial para a cultura do arroz, constitui também uma preocupação dos produtores do Baixo Mondego, dado que tomaram conhecimento de que se pretende «construir um canal com um caudal, de apenas 25 metros cúbicos por segundo».

Após a concentração efectuada da parte da manhã os agricultores avistaram-se, de tarde, com responsáveis da delegação do MACP a quem apresentaram os seus problemas tendo ainda manifestado a sua determinação em recorrer a novas formas de luta caso não sejam dadas respostas satisfatórias às suas reclamações.



Uma vontade insistentemente gritada ao longo do desfile

repressão que se abate sobre activistas e dirigentes sindicais, para os contratos a prazo e a vaga de empreitadas sem controlo nem lei, e as discriminações salariais e profissionais que atingem os jovens e mulheres.

Tecto salarial

Para aquele dirigente da CIL, o que se passa na negociação das Convenções colectivas de trabalho ilustra bem, por outro lado, esta política de desastre dos partidos da defunta AD, procurando que sejam os trabalhadores a pagar todo o preço da crise por eles gerada. «Após a publicação do diploma que tenta impor novo tecto salarial — peça jurídica aberrante, ilegal e inconstitucional segundo frisou — as organizações sindicais são sistematicamente confrontadas, particularmente no sector público e nacionalizado, com contrapropostas que no mínimo se podem considerar de provocatórias, face

ao aumento do custo de vida».

Passando em revista o processo que conduziu à luta dos trabalhadores dos transportes, Jerónimo de Sousa referiu depois os «vários coelhos» que o Governo pretende matar numa cajadada: «tenta atingir duramente o nível de vida dos trabalhadores dos transportes; mete a mão ao bolso dos cidadãos que utilizam os transportes públicos; aproveita para dar dezenas de milhares de contos do erário público aos donos dos alternativos, enquanto tenta amealhar alguns ganhos políticos, desviando as atenções da opinião pública dos grandes problemas nacionais». «São coelhos a mais para tão mau caçador» — comentou com ironia.

Abril é mais forte

Depois de sublinhar que o conflito existente nos transpor-

tes é resultante «de uma política que não se enquadra no Portugal de Abril», Jerónimo de Sousa adiantou que «não será nunca com medidas repressivas, com tectos salariais, com limitação das suas liberdades e dos seus direitos que se alcançarão as soluções para os graves problemas nacionais».

Aplaudindo de forma entusiástica e fazendo suas as palavras, os milhares de manifestantes ouviam ainda da boca do orador a afirmação de que «o combate é duro mas o Portugal de Abril assente nas grandes transformações económicas defendidas pelas classes trabalhadoras tem mais força que os seus inimigos».

Dois importantes documentos — uma moção e uma resolução — mereceram já perto do final a aprovação unânime de todos os presentes. A resolução, respeitante ao conflito nas empresas dos transportes, manifesta a sua solidariedade para com os trabalhadores em luta e critica a intransigência do Governo. Nos considerandos da moção os trabalhadores explicam que em face da degradação acentuada das suas condições de vida; «da irresponsável política de agudização dos conflitos sociais» levada a cabo pelo governo; da «política de manipulação e intoxicação da opinião pública» praticada através de órgãos de comunicação estatizada; do brutal aumento das taxas de juro, no próximo 25 de Abril o povo saberá impor uma «viragem política que no respeito pelas transformações democráticas realizadas com a Revolução, mobilize os trabalhadores para a resolução dos graves problemas nacionais que enfrentam».



Os milhares de manifestantes presentes no Terreiro do Paço responsabilizaram o Governo pela resolução dos conflitos nas empresas do sector dos transportes públicos

Poder local

Água mais cara: PS e direita ao ataque

Embarcados na mesma navegação de águas turvas, PS e ádeés (leia-se PPD e CDS) viraram-se mesmo para a água nos concelhos que administram. E viraram-se para aumentar o seu custo ao consumidor, numa operação que parece concertada, se atendermos à «onda» de aumentos, e escandalosa, descaradamente escandalosa, se olharmos aos níveis propostos. Aumentos que em certos casos atingem os 800%; que são decididos contra os interesses das populações, sem estudos, planeamentos ou justificações; numa santa aliança de socialistas e direita a dar já os seus frutos. O PCP e a APU denunciam e protestam — eles, PS e direita aliando-se quanto podem, prometem na rua o que tiram nos gabinetes do poder.

Três casos recentes ilustram esta ofensiva contra os interesses das populações: Sela, Fafe, e Leiria. E a coisa promete continuar noutros concelhos onde esta gente, somada ou isoladamente, detém maiorias.

Em Sela a maioria PS da Assembleia Municipal aprovou o aumento da água criando escalões de tal forma que, em alguns casos, atinge os 800%, e

acaba com o regime de tarifa única em vigor desde 1966. A APU apresentou uma proposta alternativa: seria derrotada; a própria «AD» (preocupada com as eleições) lá avançaria igualmente uma proposta alternativa, mas nem assim.

Quanto a Fafe, de novo a Câmara PS (que detém a maioria absoluta) surge numa manobra que já nem respeita a legislação em vigor, propondo-se concretizar o aumento das

tarifas e das taxas da água sem ouvir o parecer da Assembleia Municipal; a Comissão Concelhia de Fafe do PCP havia alertado a população do concelho em comunicado de 31 de Janeiro passado para as intenções da Câmara PS e esta, perante a perspectiva de uma derrota na AM (apesar de ter a maioria), tratou de proceder aos aumentos sem ouvir este órgão máximo da edilidade.

Finalmente em Leiria entram todos na dança: PS, PPD e CDS. Este último partido detém a presidência e três vereadores, possuindo o PPD/PSD outros três representantes e o PS dois; juntaram-se em reunião camarária de 4/3/83 e de-

cidaram por unanimidade o aumento da água. Em reunião posterior da Assembleia Municipal a APU demonstrou que o novo aumento de tarifas proposto não estava suficientemente claro e fundamentado, que eram escamoteados à Assembleia Municipal elementos importantes para uma análise objectiva e clara sobre os novos preços propostos. Tal argumentação foi reconhecida pelos outros partidos mas... acabariam por a impor na mesma, numa confusa votação na AM onde uns se absteram e outras votaram a favor, acabando todos — PS/PSD/CDS — por decidir de facto, na Câmara, os aumentos previstos... por eles.

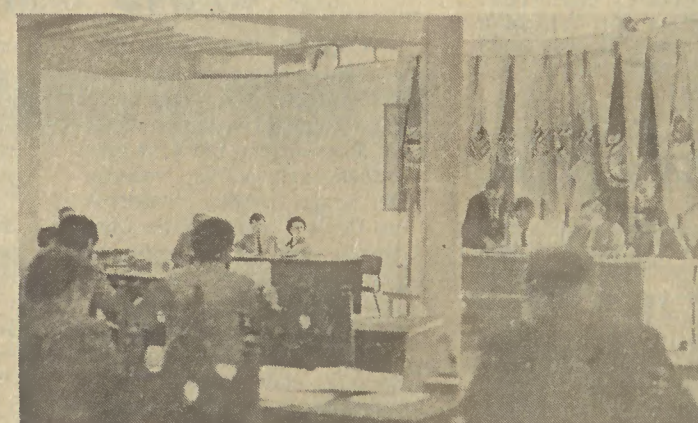
Ourique dois meses depois

Durante um plenário da APU, no passado sábado em Ourique, Francisco Felgueiras, presidente eleito da CM, desvendou perante activistas e população, que encheram a Casa do Povo, parte do segredo das tramóias do PPD para «esconjurar» a derrota. Sucintamente: 35 mil contos de dívidas a pagar dentro de 60 dias, e mais cerca de 30 mil a prazos mais dilatados! A outra face esperada desta medalha: ninguém sabe onde foi entrado tal dinheiro. Porque em Ourique, para além dos arranjos mais ou menos domésticos feitos no castelo, obras não se vislumbram... Outros reversos, igualmente inexplicados: o gasto recente de cerca de 30 mil contos em materiais de construção — que construíram o quê?

Na CM a inexistência de qualquer espécie de estruturas, controlo ou organização: o ex-presidente, que fazia longas ausências e por elas recebia apreciáveis centenas de contos, deixava a gestão «ao rei sem roque» de vereadores, caciques da AD ao comando», conforme palavras de F. Felgueiras.

Existe uma natural expectativa da população e algumas medidas estão já em curso (os bombeiros, por exemplo, tiveram já um subsídio de 900 contos). Mas nem um tostão val ser maltratado — diz o presidente da Câmara. «Com a população, vamos levantar as carências, pô-las no papel, fazer o plano. Aplicar forças e recursos no que é prioritário. E todos os trabalhadores da CM «terão que dar o litro» — cumprir rigorosamente a jornada das 7 e 30 às 17 e 30». É a impossibilidade imediata de grandes obras, mas o acolhimento de todas as boas propostas e da colaboração de todos. Uma gestão transparente, contas à população no boletim municipal; uma gestão democrática, com reuniões mensais da CM em cada freguesia com a palavra à população.

E trabalho. Todos ali na Casa do Povo se dispuseram a ele — aplaudindo entusiasticamente F. Felgueiras e também os camaradas João Honrado, que fez propostas de organização e acção para a campanha, e Ruben de Carvalho, que numa intervenção sobre a luta que travamos e as vitórias que já obtivemos, saudou o povo de Ourique e apelou ao trabalho pelo reforço dos resultados de 12 de Dezembro e 16 de Janeiro.



Assembleia Distrital de Setúbal

Durante a última reunião da Assembleia Distrital, as autarquias do distrito de Setúbal rejeitaram por unanimidade a resolução 11/83 do Conselho de Ministros sobre programas de promoção de habitação.

Na resolução aprovada, de iniciativa de Figueira Mendes, presidente do município de Grândola, «o Governo AD», usurpando competências que cabem exclusivamente à AR, legisla no sentido de obrigar as Câmaras Municipais a enviarem ao ministro da Habitação programas de promoção habitacional» sem os quais o apoio financeiro estatal não é concedido. As autarquias de Setúbal consideram que a resolução do Governo «AD» contraria a Lei das Finanças Locais, favorecendo o compadrio e a corrupção.

As autarquias decidiram não dar qualquer resposta à exigência do Governo sem uma prévia (já solicitada) entrevista com o ministro da Habitação.

Trabalhadores

Lutas em empresas e sectores

Governo e gestões prolongam artificialmente os conflitos

● Posição sobre greve na CP ● Eleitos dirigentes da Central

Com o ponto central nos transportes (ver reportagem na página seis) as lutas da última semana, incluindo a Panasqueira, Clive, Feis, Sorefame e outros locais de trabalho onde os motivos são comuns quanto à recusa do tecto salarial e à viabilização das empresas sem despedimentos, remetem todas elas para prolongamentos artificiais dos conflitos por parte de conselhos de gerência e administrações de empresas públicas e privadas. Principalmente nas primeiras, os responsáveis pelas gestões, incluindo em primeiro lugar este Governo dito ele próprio de gestão, fazem todos os esforços para demarcar o terreno propício à adopção das medidas da CIP (grande patronato industrial) aprovadas no fim-de-semana no Porto.

O Conselho Nacional da CGTP, eleito no IV Congresso, elegia, entretanto, os treze elementos da Comissão Executiva da Central, que reafirmava num comunicado a necessidade imprescindível de «uma viragem democrática» saída das eleições de 25 de Abril.

«A despeito das manobras de coacção dos conselhos de gerência e do colaboracionismo dos UGTs, verificou-se uma adesão maciça à greve de 23, que constituiu um forte abalo no sistema de transportes», referia entretanto a Festru.

Transportes:
«Jornada de luta»

«Em algumas empresas os trabalhadores esperam há mais de 15 meses pela actualização salarial» no sector dos transportes acentua a Festru num comunicado. Referindo-se à

greve de 23 do corrente, a Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos sublinha que de há um mês para cá «a comissão coordenadora dos sindicatos do sector dos transportes (que também subscreve o comunicado) tomou as mais variadas iniciativas junto do Governo para resolver o conflito». Não sendo possível fazê-lo por essa via, os trabalhadores recorreram novamente à greve com uma adesão quase total dos abrangidos, convertendo desse modo a acção em «mais uma jornada de luta contra a

política de desestabilizações sociais e de confrontação com os trabalhadores promovida por este Governo».

Entretanto, «algumas empresas propunham aos respectivos trabalhadores aumentos superiores a 20 por cento (em vez dos 16,5 da Antram, patronal) como resultado da greve do mesmo dia 23 do corrente no subsector rodoviário de mercadorias onde, segundo a Festru, paralisaram «na ordem dos 100 por cento as maiores empresas de Lisboa, Porto e Setúbal», sendo de 90 por cento a adesão a nível nacional.

Posição do PCP sobre a greve de seis dias

Quanto à paralisação de seis dias, anunciada para a CP no período da Páscoa, e cujo início estava marcado para ontem, a SIP do PCP distribuiu uma nota em 28 do corrente sublinhando os «graves prejuízos e incómodos» que a greve acarretará para «largos sectores da população, incluindo milhares de emigrantes».

O PCP, acrescenta a nota, «apoia as justas reivindicações dos trabalhadores e a sua luta», mas salienta que «não pode deixar de causar sérias apreensões o facto de os sindi-

catos ditos 'democráticos e independentes' da CP» insistir em numa greve de tão longa duração, nesta altura. Manifestando o seu «completo desacordo com esta greve», o PCP reafirma que «as forças reaccionárias que compõem o Governo, ao mesmo tempo que agudizam os conflitos, anunciam projectos antidemocráticos de restrições aos direitos dos trabalhadores, designadamente o direito à greve».

O PCP, que condena a «intransigência dos conselhos de gerência e do Governo», atribuindo-lhes a inteira responsabilidade «pelo prolongamento artificial» das situações de conflito no sector dos transportes e noutras empresas, refere que, nas presentes condições, a greve de seis dias anunciada para a CP «serve inteiramente o interesse do Governo do PSD e do CDS em colherem dividendos eleitorais do mal-estar e descontentamento que aquela greve gerará na população».

Vidreira da Fontela na Figueira e no Porto

Depois de ocuparem uma delegação bancária na Figueira da Foz e de se concentrarem

no Porto ao fim da manhã de terça-feira da semana passada, junto à sede do Banco Português do Atlântico, os trabalhadores da Vidreira da Fontela e as suas organizações representativas receberam novas provas de solidariedade de grande número de manifestantes nas ruas da Figueira da Foz, quarta-feira, 23, com o apoio da Comissão Concelhia do PCP, junto da Fonte Lumina, durante a concentração onde os representantes da União dos Sindicatos do concelho e de outras organizações

Actuação provocatória

Afirma a Federação: «A Festru não pode deixar de denunciar publicamente a actuação provocatória de alguns grupos armados, notadamente com a organização ugêstista da Carris e a mando de um tal Brandão, que na estação da Pontinha chegaram a ameaçar com armas de fogo os piquetes de greve», que ali se encontravam no exercício das suas atribuições legais. Além disso, esses «elementos, que se auto-intitulam 'democráticos' e ainda há dias reivindicavam a realização de greves conjuntas, à boa maneira fascista, queimaram cartazes da greve».

representativas exigiram novamente a viabilização da empresa através de um contrato que consideram possível entre o Banco Português do Atlântico, a administração da empresa, a Direcção-Geral da Energia e a Secretaria de Estado do Emprego. Milhares de pessoas apoiaram as reivindicações dos cerca de 600 trabalhadores da Vidreira, sem salários há mais de onze meses, e condenaram a actuação do Governo neste processo de viabilização, até agora inviabilizado, que assu-



Manifestação de apoio e solidariedade com os trabalhadores da Vidreira da Fontela, quarta-feira, 23, na Figueira da Foz

me lóros de escândalo nacional, como justamente assinala a Concelhia do PCP na Figueira da Foz.

Sabia-se entretanto que o secretário de Estado da População e Emprego prometera em Coimbra atribuir um subsí-

lias sociais. A Mompur do ramo da metalurgia pesada empregou cerca de 1200 trabalhadores.

Paralisação na DGCI

Subscrito por três Sindicatos e pela respectiva Federação Nacional da Função Pública um pré-aviso de greve para 30 e 31 do corrente reivindicava para os trabalhadores da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos 14 pontos relativos a regalias sociais e respeitantes a salários. Dizendo «não ao impasse que está a ser criado pelo Governo», os trabalhadores da DGCI, «conscientes da razão que lhes assiste», sublinham que «não estão dispostos a esperar mais tempo» pela satisfação das suas reivindicações.

Dirigentes da CGTP

Eleita estatutariamente no Conselho Nacional (primeira reunião em 24 e 25 do corrente) a Comissão Executiva da CGTP-Intersindical Nacional, agora com um total de 13 elementos (11 efectivos e 2 suplentes) em vez dos nove, anteriores ao IV Congresso, inclui toda a CE emanada do Secretariado Nacional eleito no III Congresso de 1977 e é composta pelos dirigentes efectivos: Álvaro Rana, Armando Teixeira da Silva, Francisco Sá

Pereira, João Maria Pacheco Gonçalves, Joaquim Calhau, José Ernesto Cartaxo, José Luís Judas, Kalidás Barreto, Manuel Carvalho da Silva, Manuel Lopes e Maria do Carmo Tavares, sendo suplentes: Florival Lança e José António Sequeira da Encarnação.

Os novos membros efectivos, da CE são João Pacheco Gonçalves, coordenador da União dos Sindicatos do Porto, e Francisco Sá Pereira, da Comissão Executiva da mesma União. Os suplentes são Florival Lança, coordenador da União dos Sindicatos de Lisboa, e José Encarnação, coordenador da União dos Sindicatos de Setúbal.

O CN da Inter, de 71 elementos (50 efectivos e 21 suplentes) aprovou no segundo dia da reunião o regulamento, segundo o qual, aquele órgão dirigente passará a funcionar.

Num comunicado distribuído entretanto, o CN, pronunciando-se sobre a situação política, reafirma a necessidade imprescindível de «uma viragem democrática» saída das eleições de 25 de Abril, propõe-se promover «uma grande jornada de unidade e luta» no Primeiro de Maio, solidariza-se com as lutas em curso, particularmente a Fontela e os Transportes, critica as recentes medidas económicas do Governo e condena as pressões da Nato na vida nacional.

A CIP no Porto Tema: iludir

A CIP montou no Porto uma operação de grande propaganda. Que nos lembre é a primeira vez que uma Confederação dada à si mesma e ao silêncio dos gabinetes, mesmo quando são os da RTP, sai assim à rua depois do 25 de Abril, levando consigo de camioneta 15 mil pequenos Mellos, Cupertino e Champallimadas para «reconstruir Portugal com a iniciativa privada», como é lema da CIP, do pé para a mão. Mário Soares, atento a este denominado Encontro de Industriais e à massa de gente que prometia aparecer, lá enviou uma carta que Ferraz da Costa, presidente da CIP, impediu que fosse lida durante o Encontro. Eram as «20 prioridades» que o secretário-geral do PS propunha em «acordo social», chovendo no molhado dos grandes patrões. Como Mário Soares estava a mais com o seu «amplo consenso» e «base tripartida», também estavam a mais uns largos milhares de «elementos alheios ao sector» que, segundo observa a DORP do PCP, foram arremetidos «de forma massiva» sob a alegada «capa de 'quadros' e de 'colaboradores' das empresas».

Quinze mil? Não temos assim tantos e tão grandes pa-

trões, como são os da Confederação dos industriais.

Houve quem estranhasse e bem tanta fatura. Contaram-se, por alto embora, as presenças a partir dos impressos com perguntas sob a forma de inquérito distribuído e preenchido durante os trabalhos do Encontro e conclui-se, segundo um elemento da própria organização, que votaram nos boletins «oitto mil duzentos e trinta e tal».

Eram menos de 15 mil afinal, mesmo contando os familiares, os «quadros» e «colaboradores» que preencheram o inquérito. Mas não foi para os contar que os Mellos lá os levaram. Foi para:

«Iludir grande número de pequenos e médios industriais quanto às responsabilidades do Governo AD — Governo inteiramente ao serviço dos interesses do grande patronato — na gravíssima crise que os atinge a eles e à economia nacional, e dessa forma tentar travar a derrota eleitoral do CDS e do PSD, que se avizinha».

Foi para «aproveitar o justo descontentamento dos pequenos e médios industriais, para os tentar atrelar a uma operação desestabilizadora do pró-

prio regime democrático-constitucional».

Na realidade, continuando a citar a nota da DORP do PCP, «quando o sr. Vasco de Mello ameaça com a 'alteração do regime' e quando proclama a consigna do grande patronato, segundo a qual 'quem manda é quem paga os cheques', o que está a pôr em causa são os princípios da subordinação constitucional do poder económico ao poder político e da soberania popular. Na realidade o que está a fazer é uma declaração de guerra aos trabalhadores e à defesa das 'vantagens' da ditadura fascista derubada pelo 25 de Abril».

A CIP não disse nada de novo no Palácio de Cristal nas seis conclusões, nove intervenções e cinco perguntas do inquérito que promoveu e aprovou no último sábado. A alteração das leis laborais, como já queria Mota Pinto em 1979, e como já tentara ir mais longe nesse campo o PS sozinho, a reprivatização total da economia, a desnacionalização da banca e dos seguros, e a sempre mais grossa fatia do crédito para os grandes patrões só se tornam novidade para quem faz disso bandeira em períodos eleitorais.

Há muito que a CIP encabe-

ça sem êxito essas e outras deturpações do regime. E continuará a encabeçar.

Nova é apenas, como sublinha a DORP, a «manobra para exibir», especialmente através do número e do aparato formal, dispondo de alguma comunicação social previamente programada, um falso apoio às manobras desestabilizadoras do grande patronato da CIP.

Mas a grande operação de propaganda não resultou. Afirma a DORP: «O grande patronato que comanda a CIP é constituído por um punhado de grandes capitalistas, cujos interesses se entrelaçam inteiramente com os dos grandes monopólios internacionais. Nada tem a ver — bem pelo contrário — com os interesses dos pequenos e médios industriais portugueses».

«Ao invés do que proclama a CIP (ainda não grite bem alto) a saída da crise em Portugal só pode fazer-se através da consolidação do regime democrático, da participação e do empenhamento activo dos trabalhadores e do povo português, da defesa e do prosseguimento das conquistas populares do 25 de Abril».

(Ver no Suplemento artigo sobre a reunião da CIP)

Juventude

Datas históricas «24 de Março»/Dia do Estudante

No momento em que várias iniciativas assinalaram o «Dia do Estudante» (24 de Março), a Juventude Comunista Portuguesa sublinhou o significado da histórica data e das comemorações deste ano para o movimento estudantil português, referindo que essas iniciativas estão profundamente ligadas à luta, à combatividade e à vitalidade do movimento estudantil.

Acrescentam os jovens comunistas: Antes do 25 de Abril, ge-

rações e gerações de estudantes deram muito da sua vida à luta pela democratização do ensino, pela defesa dos direitos estudantis de participação e decisão na vida da Universidade e das escolas; à luta por uma verdadeira autonomia universitária. Milhares de estudantes lutaram, então, contra a repressão e o fascismo, pela liberdade e a democracia.

O Dia do Estudante é, desde a sua primeira comemoração, a luta, a solidariedade e confraternização dos estudantes portugueses.

Comemorar hoje o Dia do Estudante, é lembrar e evocar a luta dos estudantes que, em 24 de Março de 1962 ao

pretenderem comemorar o seu dia, foram barbaramente reprimidos pela polícia. Comemorar hoje o Dia do Estudante é lembrar e evocar importantes datas da luta estudantil antifascista. Comemorar hoje o Dia do Estudante é também lutar contra as degradantes condições de estudo existentes na Universidade e nas escolas secundárias, exigindo uma nova política de ensino.

Os estudantes portugueses que, com o 25 de Abril, viram abrir-se perspectivas de um ensino no caminho da democracia e do progresso social, hoje lutam pelo retomar dessas perspectivas, bloqueadas pela

política de direita praticada nos últimos 7 anos.

A limitação do acesso à Universidade através da criação de mecanismos selectivos como o Propedéutico e o 12.º ano; os ataques à gestão democrática e à autonomia da Universidade; o acenar do fosso existente entre o ensino e a vida económico-social do nosso país; a ausência de saídas profissionais; a falta de escolas e professores; o atraso na abertura das aulas, o aumento dos chumbos, são traços gerais da política de educação iniciada por Cardia e agravada por Crespo e Fraústo, contra a qual milhares de estudantes têm erguido a sua voz e a sua luta.

«28 de Março»/Dia da Juventude

O «28 de Março», Dia Nacional da Juventude, foi comemorado em vários pontos do país através de iniciativas promovidas por autarquias, organizações de juventude, colectividades e outras estruturas ligadas à população juvenil. As comemorações deste ano atingiram uma proporção muito significativa, destacando-se nessas jornadas um sentimento de unidade da juventude face à luta que é necessário enfrentar na construção do futuro.

A Comissão Executiva da

Comissão Central da Juventude Comunista Portuguesa (JUCP) divulgou uma nota em que referiu a propósito da histórica data:

«Passam 36 anos sobre o dia em que milhares de jovens, numa demonstração de unidade e espírito combativo, realizaram uma grande jornada nacional de luta e protesto contra o fascismo e o colonialismo. Esse acto de coragem surge à juventude portuguesa como um magnífico exemplo de que só lutando, mesmo perante as

maiores dificuldades, se consegue vencer».

E mais adiante: «Assinalar hoje o 28 de Março, é lembrar as causas, e apontar os responsáveis, dos graves problemas que afectam os jovens portugueses em resultado da política antijvenil praticada pelos sucessivos governos nos últimos sete anos.

«Comemorar o Dia Nacional da Juventude, é afirmar que o desemprego, o 1.º emprego, a repressão patronal, os contratos a prazo, a de-

gradação do ensino e os problemas da habitação, só com uma nova política têm soluções. É demonstrar, que só com a participação dos comunistas no governo as preocupações e anseios da juventude podem ser resolvidos.

«A Comissão Executiva da CC da JCP saúda as associações juvenis, as autarquias e todos os jovens que se empenharam para tornar possível as comemorações do Dia Nacional da Juventude».

«Dêem uma oportunidade à Paz» — um festival diferente

«Dêem uma oportunidade à Paz» — este é o lema do Festival Juvenil que decorrerá de 25 a 30 de Julho próximo, na península de Tróia.

A divulgação pública desta iniciativa ocorreu antenamente numa conferência de Imprensa realizada na Estufa Fria, em Lisboa, local aprazível, que por momentos nos fez esquecer as complicações do trânsito lisboeta, a poluição e o barulho.

Como foi sublinhado no encontro com os jornalistas, o Festival é uma ideia que arrancou com cerca de duas centenas e meia de jovens ligados ao cinema, teatro, música, artes plásticas, jornalismo, desporto e associações juvenis, reunindo as mais diversas sen-

sibilidades e correntes de opinião.

O Festival «Dêem uma oportunidade à Paz» será uma manifestação polivalente de diferentes meios de comunicação e de animação, e desenvolver-se-á no quadro de um acampamento internacional que reunirá no local cerca de 5 mil participantes. A música, o teatro, a dança, as artes plásticas, o desporto e o debate ideológico, são algumas das formas de comunicação e diálogo que acontecerão em Tróia, na última semana de Julho. O Festival encerrará com um espectáculo em Setúbal, para o qual estão a ser convidados músicos nacionais e estrangeiros, e em que poderão participar

dezenas de milhar de pessoas.

Participaram na conferência de Imprensa, que encerrou com meia hora de música com Jorge Barreto e Vítor Rua, alguns representantes dos 240 subscritores iniciais do documento-apelo do Festival entre os quais António Macedo, Teresa Dias Coelho, Belino Costa, Zé Castro Caldas e Eugénia Melo e Castro.

Nesse documento salienta-se a dado passo:

«É tempo de dar uma oportunidade à Paz. À Vida.

É por isso que aqui estamos a assinar este documento. É por isso que nos propomos promover um Festival Pela Paz e Desarmamento,

que seja uma grande manifestação nacional em favor da Paz.

Juntamo-nos assim a todos quantos se batem pelo desarmamento global, simultâneo e controlado, pela via do diálogo e da negociação, pela construção de uma Europa livre de armas nucleares. Lutamos para que em Portugal seja proibida a instalação, o estacionamento e mesmo o trânsito de qualquer tipo de armas nucleares.

É preciso não dar qualquer oportunidade à guerra.

A organização do Festival funciona na R. D. João V, 26, 3.º d.º, 1200 Lisboa (telefone 651752).

PCP

Distrito de Faro

Em contacto com trabalhadores da indústria de conservas

Carlos Brito, na qualidade de deputado eleito (e novamente candidato) pelo distrito de Faro à Assembleia da República, visitou mais duas empresas conservadoras no Algarve, desta vez a «JAR» em V. Real de S. António, e a «Aldibel» em Lagos.

Nas duas empresas, Carlos Brito, que estava acompanhado por Carlos Luís Figueira e Margarida Tengarrinha, membros do CC do PCP, para além de contactos com sectores da administração, realizaram reuniões com delegados sindicais e trabalhadores, bem como pormenorizadas visitas às instalações das empresas.

Tais visitas, reuniões e contactos têm permitido um conhecimento profundo dos problemas com que se debatem estes sectores industriais da região.

Assim, hoje pode-se afirmar que a indústria de conservas no Algarve se encontra numa situação de profundíssima crise, com empresas descapitalizadas, envenenadas em acelerado processo de falência.

Contratos de viabilização económica agardam há meses a sua concretização por parte da banca. Reconversões

tecnológicas absolutamente necessárias aguardam algumas linhas de financiamento próprio, enquanto que outras mal dimensionadas e estudadas serviram, quando se concretizaram, para criar agora sérios problemas financeiros.

Dívidas que se amontoam, salários que não são pagos, capacidade industrial instalada desaproveitada — um rol imenso de problemas, na ponta dos quais se encontram milhares de operários cuja incerteza e angústia aumenta cada dia que passa.

Postos de trabalho ameaçados, desemprego, privações — consequências bem vivas, sentidas profundamente na chaga do dia a dia, causadas pela política da 'AD' na sequência da concentração e «renovação» da indústria iniciada pelos governos socialistas sob o pontifcado do então secretário de Estado das Pescas, Pedro Coelho.

Centenas de milhares de contos a fundo perdido, gastos na concentração de empresas. Dinheiro mal gerido sem qualquer fiscalização na sua aplicação, desviado em grande parte para actividades fora do sector.

Tal situação é claramente exemplificada hoje nos proble-

mas com que se debate a «Aldibel» em Lagos. Resultando da fusão das empresas «Aldi» e «Bel» em Lagos, essa empresa, que hoje ocupa cerca de 100 trabalhadores e dispõe de modernos equipamentos, encontra-se sem trabalho desde Julho de 1982, com salários em atraso: há 3 meses sem pagamento de salários e ainda atrasos no subsídio de férias desde o ano passado.

Na incerteza quanto ao futuro, os operários mantêm-se, contudo, firmemente dispostos a defender os seus postos de trabalho e as regalias a que têm direito.

É com base nessa determinação e unidade que tornaram possível o pagamento do subsídio de Natal, denunciando e desmontando uma operação que estava em curso por parte do patronato para vender alguma produção ainda existente em benefício próprio.

Nessa altura, os operários impuseram a força da sua unidade e unidade que tornaram possível o pagamento do subsídio de Natal, denunciando e desmontando uma operação que estava em curso por parte do patronato para vender alguma produção ainda existente em benefício próprio.

Carlos Brito, em reunião com todos os operários, compromete-

teu-se a tudo fazer para, com base na AR, procurar clarificar a situação, questionando o Governo sobre as medidas que este tem em vista para resolver a situação.

Da parte dos trabalhadores, o seu maior desejo é continuar a trabalhar, garantindo os seus postos de trabalho e contribuindo para salvar este importante sector industrial para a economia da região e do País.

Tavira

Em Cabanas e Santa Luzia, concelho de Tavira, Carlos Brito contactou os problemas da pesca artesanal.

De novo também aqui são preocupações dos pescadores o assoreamento da barra de Tavira, situação que lhes causa sérios problemas à sua actividade e igualmente o caminho que se procura dar à solução do conflito com os espanhóis acerca dos acordos de pesca.

Em relação a este último problema começa hoje a ganhar grande adesão a ideia que os espanhóis não devem voltar a pescar nas nossas águas e que a nossa riqueza deve ser aproveitada, no fundamental, pelos pescadores portugueses.

Internacional

Conferência de Solidariedade com os Estados da Linha da Frente — um protesto, um desagravo, um alerta

Centenas de pessoas vindas da África, da Europa, da América e até da Ásia reuniram-se em Lisboa no passado fim-de-semana para participar na Conferência Internacional de Solidariedade com os Estados da Linha da Frente.

Tratou-se, como várias vezes foi afirmado pelos participantes, de um reencontro de povos e de uma homenagem dos povos do mundo ao povo português que há nove anos, num outro dia 25, resgatou a grandeza da Pátria libertando-se das garras do fascismo. Mas foi mais, muito mais do que isso também. Como diria o ministro dos Negócios Estrangeiros angolano, Paulo Jorge, na sessão inaugural da Conferência, a sua realização constitui um protesto, um desagravo e um grito de alerta.

Um protesto contra o mais terrível regime que não reconhece a seres humanos a própria condição humana, contra os egoísmos estreitos e indiferenças cúmplices dos Estados que se aproveitam do «apartheid» em proveito próprio fingindo ignorar a essência dessa única voz que no continente africano se assume, como oportunamente recordou o ministro Salim Salim da Tanzânia, o defensor «da civilização cristã e ocidental».

Um desagravo da comunidade internacional para com os Estados da Linha da Frente e os povos da África Austral que têm sofrido e contido as ameaças do monstro racista que ameaça a paz mundial e pago

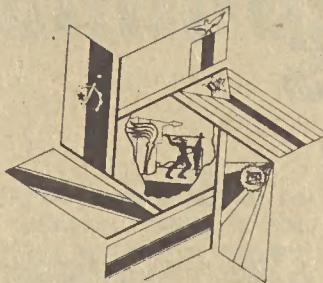
caro, quase sós, o preço da sobrevivência do povo da Namíbia cujo território até à independência está sob a tutela das Nações Unidas, o que significa sob a responsabilidade da comunidade internacional.

E um grito de alerta sobre os perigos reais que uma reacção na África Austral do drama libanês representaria para o equilíbrio de forças à escala mundial caso a estratégia norte-americana fosse bem sucedida.

Após três dias de debates, de 25 a 27 de Março, e conhecidas que foram as conclusões da Conferência, pode dizer-se que os principais objectivos foram alcançados: a denúncia sem subterfúgios dos crimes

do «apartheid», do racismo e do colonialismo; o desmascaramento dos principais responsáveis pela sua sobrevivência; a tomada de medidas concretas a desenvolver em cada país, pelos governos, organizações e povos que permitam a vitória da dignidade humana, o direito à liberdade e independência dos povos.

Só não o reconhecerão os que deliberadamente se recusam a fazê-lo, os que em nome de interesses dúbios ignoram a solidariedade humana.



Os mesmos, afinal, que desde o início pretendiam desvirtuar os objectivos da Conferência de Lisboa atribuindo-lhe o enfeudamento «à estratégia soviética» ou apresentando-a aos olhos da opinião pública como um mero «exercício de solidariedade».

Libelo acusatório

As dezenas de intervenções que durante três dias preencheram os trabalhos da Conferência, as reuniões e os contactos estabelecidos constituem uma riqueza impossível de reprodução. Dos países africanos aos da Europa, da Ásia ou da América; de dirigentes políticos, religiosos ou sindicais; dos presidentes dos movimentos de libertação da Namíbia (SWAPO) como da África do Sul (ANC) aos contributos individuais de muitos homens e mulheres, chegou-se no entanto sempre aos mesmos resultados — a denúncia e condenação da África do Sul e das forças imperialistas que a apoiam.

O que é incómodo, sem dúvida, porque destrói pela base todas as pretensas boas intenções dos defensores do regime de Pretória. Um regime que caminha a passos largos no sentido de uma ditadura militar, não hesitando em afirmar, como o fez o embaixador da África do Sul no Chile, que a necessidade da aplicação da estratégia total parece favorecer um sistema de comando unificado, planeamento central conjunto (...). A organização convencional dos sistemas democráticos, por via de regra, não se presta a estes procedimentos.

Nem outra coisa seria de es-

perar de um regime que, como foi denunciado na Conferência, aumentou as despesas militares de 72 milhões de randes em 1961 para 3000 milhões de randes em 1981, e os efectivos da chamada Força de Defesa Operacional total de 79 000 para 515 000 elementos.

Um regime que desde 1965 enveredou deliberadamente por um programa de desenvolvimento nuclear, disposto a explorar até às últimas consequências o facto de a Namíbia e a África do Sul possuírem cerca de 17 por cento das reservas mundiais conhecidas de urânio.

Só que a África do Sul não chegou sozinha a este estado de desenvolvimento, a este estado de Estado armado até aos dentes, sob todas as formas. O programa nuclear, por exemplo, não teria arrancado sem a colaboração de países ocidentais como a Alemanha Federal, os EUA, a Grã-Bretanha e a França, que lhe prestaram uma maciça assistência financeira, técnica e tecnológica. Quaisquer ilusões quanto à aplicação civil da energia nuclear desfizeram-se com a explosão nuclear registada em 1979 no Atlântico Sul, perto da África do Sul.

Este empenhamento multinacional na militarização do regime de Pretória não pode de resto entender-se de outro modo que não seja a concretização de uma ideia que o imperialismo vem defendendo há décadas: a formação da Organização do Tratado do Atlântico Sul (SATO).

Organização que, como foi recordado em documentos divulgados durante a Conferência, segundo o «Sunday Times» de Johannesburg de Abril de 1982, existe de facto há cerca de 13 anos composto pela África do Sul, o Brasil, a Argentina, o Paraguai, o Uruguai, Israel e o Taiwan.

Basta passar em revista o alcance dos laços militares e económicos existentes entre estes países para ter uma noção da gravidade da situação. E para compreender também melhor a importância da representação na Conferência de diversas organizações políticas e sociais dalguns desses países que trouxeram a Lisboa mais do que uma palavra de solida-

Pode perguntar-se que exercício é esse, se o valor intrínseco da solidariedade pelos que lutam pelos mais nobres ideais não se pauta pelos critérios de «ter» e «haver», única linguagem que entendem os que não se importam que os lucros que retiram da África do Sul e do território ocupado da Namíbia — com que aquecem as casas, enchem as barrigas até ao enfarte e criam os filhos na mais depravante luxúria — são amassados com o suor e sangue.

riedade com os povos da África Austral. Como no caso do Brasil, por exemplo, que pela voz do dirigente do PMDB afirmou a firme disposição das massas populares brasileiras de combater lado a lado com os Estados da Linha da Frente contra o racismo, o apartheid e o colonialismo.

Uma colaboração comprometedora

Apesar de nenhum dos Estados da Linha da Frente ter escapado à agressão da África do Sul, apesar de ser do conhecimento internacional a gravidade e extensão dos crimes praticados pelo regime de Pretória, apesar da abertura da Conferência ter ficado assinalada com mais um ataque ao reino do Lesoto, a verdade é que os países ocidentais continuam por diversas formas a colaborar com o apartheid.

O Grupo de Contacto (Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Alemanha Ocidental e Canadá) que deveria contribuir para a resolução do problema da Namíbia mais não tem feito,



Para esses, para os que compram os jornais, a televisão, a rádio, habituados que estão a muito falar para não dizer nada, a maior esperança era de que as reais diferenças entre as múltiplas forças que participaram na Conferência de Lisboa impedissem a tomada de medidas concretas consentâneas com a defesa dos interesses dos povos da África Austral. Tal não sucedeu.

Dal o ridículo e a vergonha (para quem o faz) das manobras de uma certa imprensa

que à denúncia dos mortos, dos torturados, das vítimas do «apartheid», das destruições, das agressões de que são vítimas os países da Linha da Frente responde com a audição de meia dúzia de reacclonários e do porta-voz em Portugal do regime de Pretória. Aconteceu na televisão portuguesa, estatizada, onde os dez manifestantes que se deslocaram sexta-feira à tarde para o passeio fronteiro do S. Luís com cartazes provocatórios dispuseram de mais tempo de

antena que a sessão de abertura da Conferência em que participavam representantes dos de quase todo o mundo. E onde também o representante da África do Sul afirmou o desejo do regime racista de viver em paz, sonho impossível devido aos terroristas que ameaçam a sua existência...

Ler no Suplemento extractos da documentação aprovada e entrevistas com dirigentes africanos

e salários desses trabalhadores.

O próprio «Business Week» afirmava entusiasmado, nos finais de 1980, que o tempo do reembolso do capital é, para muitas companhias, de apenas cinco anos, concluindo exultante que as oportunidades de expansão são irresistíveis.

Sem esta cooperação o regime racista há muito que teria caído sob a força de libertação nacional organizada pelos povos da África do Sul e da Namíbia. Com ela, a África Austral está ameaçada, a paz mundial corre sérios perigos. Quantas vítimas mais terão de tombar para que o ocidente entenda que nada fará retroceder a vontade dos povos em se libertar.

Porque, como salientaram Oliver Tambo da ANC e Sam Nujoma da SWAPO, entre muitos outros, a opressão e exploração dos povos é efémera, a sua vitória é sempre uma questão de tempo.

E tal como salientou a engenhieira Maria de Lurdes Pintasilgo citando o Presidente da República Ramalho Eanes, que

representou na sessão inaugural da Conferência de Lisboa, a política de apartheid não pode ser defendida em nenhuma circunstância nem à luz de nenhum critério humano, não pode ser justificada pela invocação de nenhum interesse, seja ele de índole nacional ou de índole geopolítica ou geo-estratégica.

Uma convicção partilhada pelo povo português, que aplaudiu no S. Luís a mensagem de Ramalho Eanes como na Voz do Operário na sessão de encerramento dos trabalhos, as muitas que ali chegaram.

Uma convicção que torna certa a esperança manifesta pelos organizadores da Conferência de que, a partir de Lisboa, em todos os países do mundo os homens e as mulheres que acreditam na possibilidade da justiça social e na paz prosseguiriam com mais força a luta contra o racismo, o apartheid, o colonialismo e todas as formas de exploração, opressão e discriminação do ser humano.

Saudações

A Conferência de Solidariedade com os Estados da Linha da Frente contou com o apoio de centenas de organizações governamentais e não governamentais de vários pontos do mundo.

Para além do apoio expresso pelo secretário-geral das Nações Unidas, Perez de Cuellar, que se fez representar nos trabalhos, e de outras organizações internacionais do âmbito da ONU, há ainda a salientar as saudações enviadas à Conferência por diversos chefes de Estado e primeiros-ministros. Estão neste caso os presidentes do Afeganistão, Angola, Argélia, Cabo Verde, Cuba, Chipre, Guiné-Bissau, Guiné-Conacri, Checoslováquia, Etiópia, Iraque, Madagáscar, Nigéria, Polónia, Serra Leoa, Síria, Tunísia, União Soviética, Vietnam, Yemen Democrático, bem como o rei Hussein da Jordânia, o primeiro-ministro da Índia, da Bulgária, do Zimbábue e a Junta de Reconstrução Nacional da Nicarágua.

Da Argentina ao Equador trabalhadores em luta

Os trabalhadores argentinos fizeram anteontem greve geral. Ontem uma mobilização operária, igualmente convocada pela central sindical CGT, exigiu soluções urgentes para a crise económica e social, uma «mudança de rumo global e absoluta» da política que vem a ser seguida. Poucos dias antes, os trabalhadores do Equador, respondendo ao apelo da FUT (Frente Unitária de Trabalhadores), aparelaram durante 48 horas.

Por razões diferentes embora, em ambos os casos a envigadura assumida por estas acções de massas testemunham bem a amplitude do descontentamento popular. Na Argentina, a acção grevista, como a mobilização de trabalhadores que se lhe seguiu, foram convocadas em simultâneo pelas duas organizações sindicais que integram a central sindical dividida — CGT-Brasil e CGT-Azopardo. No Equador, a acção de protesto que paralisou a vida económica do país contou mesmo com a adesão de comerciantes e industriais. Contra a política geral do governo e em particular contra a desvalorização da moeda.

das condições de vida da massa dos trabalhadores argentinos. No período de 72-75, a parte do Produto Interno Bruto (PIB) que coube aos trabalhadores era, em termos de média anual, da ordem dos 45,8 por cento. No período de 1976-81, essa percentagem tinha-se reduzido para menos de 30%. A que se pode ainda acrescentar o facto de a taxa de inflação se medir por centenas.



O desemprego é um dos grandes problemas que afectam os trabalhadores argentinos

Que realidade é traduzida por tais números? «A situação social adquiriu — e isso é evidente — cores sombrias. — afirma o camarada Aíthos Fava. Isto reflecte-se no aumento da mortalidade infantil numa acentuada desnutrição, no renascer de doenças sociais como a tuberculose, na situação precária da habitação, na desertão escolar, no declínio do sistema sanitário (...). A Argentina perdeu o seu carácter de país receptor de imigrantes para se transformar num país de emigrantes; de reserva de pão e fornecedor mundial de carne, passou a ser um país com zonas de fome, de miséria; com

em movimento. Um país onde grandes massas saem à rua para colocar as suas exigências. Não só económicas, políticas também. Um pouco como por todo esse continente que os EUA persistem ainda em considerar seu (como o testemunha o conhecido Documento de Santa Fé, elaborado para a campanha eleitoral de Reagan). Mas que decididamente se ergue contra o domínio imperialista. Um continente onde se luta de armas na mão. Onde as massas alargam decididamente as escassas «aberturas» que se pretendia meramente formais. Onde mesmo sob a mais feroz repressão, como no Uruguai, é possível a oposição obter vitórias nas urnas.

Nicarágua

«Não podemos permitir»... a ingerência como política de Estado

A notícia é conhecida. A imprensa divulgou a revelação da revista norte-americana «Time» que afirma, citando fontes da organização contra-revolucionária «Força Democrática da Nicarágua», que a invasão por forças somozistas é dirigida por um comando norte-americano, de que a direcção se encontra nas mãos do embaixador norte-americano nas Honduras, John Negroponte.

A notícia é conhecida — e não surpreende. Situações idênticas se repetem por outras zonas e países do mundo, onde a prática da ingerência norte-americana na vida política interna dos seus povos é coisa corrente, e onde as embaixadas dos EUA têm papel de destaque a desempenhar. Bastaria recordarmos o senhor Carlucci, aqui em Portugal. Ou — para falar dentro do âmbito da América Latina, e da realidade actual, citar o caso, flagrante, de El Salvador.

Alguns elementos da biografia de Roesch Hinton, de 61 anos, actual embaixador dos Estados Unidos em El Salvador, são deveras elucidativos.

Em 55 trabalhava no «Departamento de informação e investigação», intimamente ligado à CIA. Nos anos 60 e 70 é funcionário superior da Agência Internacional de Desenvolvimento (AID), igualmente conhecida pelas suas ligações com a CIA — nesta qualidade, passa por diversos países da América Latina, e entre 67 e 69, é o director da AID na Guatemala. Quando da vitória da Unidade Popular no Chile, é enviado para Santiago do Chile onde activamente prepara o terreno para o golpe militar fascista de Pinochet. Agora, quando El Salvador se tornou, para os EUA, um dos pontos estratégicos, onde a todo o custo importa liquidar o processo revolucionário, temos Hinton instalado em El Salvador. Compreende-se.

Nicarágua — outra guerra não-declarada? A guerra contra a Nicarágua revolucionária é uma realidade. Era-o já antes da actual invasão, com a prática sistemática de incursões de grupos terro-

ristas instalados nas Honduras, e que iam flagelando as populações fronteiriças. Ganhou agora, com a entrada em território sandinista de cerca de dois mil somozistas armados, uma nova dimensão. Desde então, já se verificaram cinco incursões de tropas das Honduras e os mortos (sobretudo entre os invasores) contam-se às centenas.

Mas o que está em causa é mais do que a prática de agressões armadas contra um país em revolução. O perigo, destacou o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da Nicarágua, está nos «planos de maior envergadura militar contra a revolução sandinista, que teriam que ser levados a cabo por outras forças militares da região». Não porque a revolução esteja com isso seriamente ameaçada. Como afirmou Ramirez, membro da junta governativa da Nicarágua, «não existem forças humanas capazes de destruir o poder revolucionário sandinista». Mas pelas possibilidades da generalização de uma guerra da zona. Porque os Estados Unidos estão a apostar — e declarada-

mente — nessa possibilidade. E até se atrevem a tentar justificá-lo.

O subsecretário de Estado Thomas Enders, face às questões colocadas por alguns senadores democratas, que contestaram a amplitude do auxílio militar que tem vindo a ser concedido a El Salvador afirmou que de outra forma a «revolução sem fronteiras» (assim chamam à revolução sandinista), se propagaria pela região, «o que não podemos permitir que suceda» porque «precisamos garantir o canal do Panamá», já que «a segurança do nosso comércio passa pelo canal». Enfim, questões de negócios, que ficam garantidos com regimes do tipo Pinochet, mas nunca com governos que defendam os interesses do seu povo e do seu país.

Contra esses, todas as armas se utilizam. Como as novas bases de treino de tropas de regimes ditatoriais, a criação das Honduras pela administração Reagan. Ou as embaixadas americanas, dirigidas por especialistas na contra-revolução. Ou ainda as posições de

boicote e provocação, assumidas na ONU, como é o caso das declarações do representante dos EUA na ONU, senhora Jeanne Kirkpatrick, que no Conselho de Segurança acusou (supomos que sem corar) os «novos ditadores» da Nicarágua (ou seja o governo revolucionário) de «semear a morte e a destruição, no Salvador, e a insegurança nas Honduras, na Costa Rica, e no resto da região».

Pelo que naturalmente os EUA se vêem «obrigados» a levar a «paz» à América Latina. Essa mesma «paz» que levaram ao Líbano, como à África Austral.

Numa emissão da Rádio «Venceremos», da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional, de El Salvador, o coronel Adolfo Castillo, ex-subsecretário da Defesa, aprisionado pela guerrilha o ano passado, afirmou: «Ensinam-nos que a guerra foi provocada pela Rússia e Cuba, mas nós sabemos que a sua origem é a injustiça». Uma lição que bem convinha chegasse a Washington.